Capítulo I

Políticas e práticas do Mercantilismo

I. Os Antecedentes Medievais

A comuna medieval legou ao Estado moderno uma sólida tradição de intervenção na vida econômica e social. Ela não era indiferente a nenhuma das atividades profissionais e comerciais de seus burgueses, e exercia sobre os estrangeiros uma vigilância sem indulgência.

Os Estados monárquicos dos séculos XV e XVI encontraram, pois, neste tesouro de experiências e de regulamentos, os primeiros elementos de sua política econômica; numa certa medida, o mercantilismo que começa a se afirmar na França e na Inglaterra na segunda metade do século XV estendeu aos limites das jovens monarquias nacionais as preocupações e as práticas das cidades da Idade Média.[1]

A regulamentação destas economias urbanas obedecia a certos imperativos que vamos reencontrar na política econômica das monarquias européias. Os escabinos e os magistrados municipais velavam pelo reabastecimento da cidade em produtos alimentícios e em matérias-primas, base de toda a sua atividade econô-

mica. Procuravam reservar-lhe certo número de fabricações e de negócios combatendo as concorrências dos países de planície e de outras cidades. Enfim, obrigavam os estrangeiros que chegavam à cidade a passar pelos intermediários nativos. Vamos encontrar no quadro de uma política concernente, desta vez, ao conjunto de um Estado, os mesmos cuidados e as mesmas atitudes.

A semelhança é particularmente clara no caso dos principados italianos, surgidos nos séculos XIV e XV em torno de uma cidade. Os Sforza em Milão, os Médicis em Florença, os Bentivoglio em Bolonha protegem as comunidades profissionais urbanas, encorajam e subvencionam os inventores, os empreendedores de vanguarda, citadinos ou estrangeiros. Interessam-se com a mesma solicitude pelos armeiros, pelos bronzistas, pelos vidraceiros, pelos negociantes de tecidos e pelos artistas. O amor da arte, o gosto do prestígio, os cuidados militares ou financeiros, explicam da mesma forma este intervencionismo estatal. Os príncipes de origens burguesas, por vezes mesmo obscuras, conhecem bem a solidariedade do poder e da riqueza, cuidam da prosperidade dos cidadãos que escravizam. Mas os limites de uma cidade e de seu condado, mesmo os de um principado, são bem estreitos, e os principados, freqüentemente muito efêmeros. As grandes monarquias ocidentais beneficiam-se de outras vantagens e outras possibilidades. Desde a metade do século XIII, o Parlamento e a Coroa da Inglaterra tomam medidas favoráveis à indústria lanífera britânica. Em 1258, o Parlamento de Oxford proíbe temporariamente as exportações de lã bruta. No século seguinte, as exportações são autorizadas, mas os direitos de saída para a lã são consideravelmente aumentados. Sem dúvida, preocupações diplomáticas e fiscais também justificam estas disposições; entretanto, o cuidado protecionista é determinante nas decisões de 1455, 1463 e 1464, que proíbem os lanifícios e as fábricas de seda estrangeiros.

Outra antecipação mercantilista: o cuidado de evitar as saídas de numerário e as exportações de ouro e de prata. Já em 1381, o Parlamento solicita a opinião dos peritos neste assunto e, sob sua recomenda-

ção, os mercadores estrangeiros são obrigados a reinvestir em compras. No mercado inglês a metade e depois, a totalidade de suas vendas. Em 1419, para evitar a fuga das espécies preciosas, o Parlamento decide que os fornecimentos e o reabastecimento do exército na França proviriam da Inglaterra e que o soldo dos soldados seria pago com o produto das exportações de lã para a Normandia. Medidas temporárias, sem dúvida, mas muito significativas. Os mercadores estrangeiros são as vítimas deste nacionalismo econômico em gestação e, em 1439, depois em 1455, os londrinos pilham as casas e os escritórios dos italianos.

A monarquia Tudor retomou, sistematizou todas estas iniciativas, substituiu as veleidades desordenadas por uma verdadeira política nacional. Com o mesmo arrojo, definiu o programa do absolutismo monárquico e o do mercantilismo. Mas, enquanto o primeiro suscitava dificuldades entre o Parlamento e a Coroa, o programa econômico, de seu lado, beneficiava-se em larga medida das sugestões e do apoio das Comunas, no seio das quais chegavam a exprimir-se os interesses das grandes cidades e dos mercadores. Também, na França, os progressos do poder central após a Guerra dos Cem Anos, e as necessidades financeiras incitam o soberano a intervir com mais regularidade na vida econômica. Por diversas vezes, Luís XI exprimiu sua inquietude a propósido das saídas de ouro e de prata, "donde pode resultar a total ruína e destruição do reino". Para evitar esta hemorragia, concede novos privilégios às feiras de Lyon, tenta controlar as transferências destinadas à corte de Roma. Para diminuir o preço das importações do Levante, concede sua ajuda à Companhia das Galés de França, dando-lhe temporariamente um monopólio de importação das drogas e especiarias do Levante. Encoraja a produção mineira na França, e favorece as manufaturas de tecidos finos ou de sarjas de seda. Introduzindo o trabalho e a tecelagem da seda, procura diminuir as compras de produtos de luxo no estrangeiro, e estabelecer uma balança comercial mais favorável. Este intervencionismo responde ao mesmo tempo aos interesses de alguns grandes mercadores e às necessidades financeiras do soberano, consciente da estreita solidariedade entre o

poder monárquico e a prosperidade nacional. Político hábil, Luís XI tomou o cuidado de garantir os conselhos e a aprovação de várias assembléias de notáveis. Criou assim uma tradição, e ao longo de todo o século seguinte, dos Estados Gerais de 1484 aos de 1614, passando pelas assembléias de Blois, de Orleans etc., a monarquia poderá encontrar, nos cadernos do Terceiro e freqüentemente nos cadernos comuns das três Ordens, as mesmas proposições concernentes ao comércio, às manufaturas, ao movimento das espécies, os encorajamentos necessários à marinha, isto é, todas as justificações e os principais artigos de uma grande política mercantilista.

II. Na fascinação dos tesouros americanos. O esboço de um primeiro mercantilismo no Século XVI.

A consciência de uma comunidade de interesse, o projeto de uma política econômica supunham naturalmente um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado. Todas as grandes monarquias européias do século XVI, com maior ou menor felicidade, maior ou menor continuidade, enveredaram por esta via do intervencionismo econômico. Entre os seus conselheiros, seus oficiais de finança, as preocupações relativas à balança comercial, ao desenvolvimento das manufaturas e aos movimentos internacionais das espécies, se tornavam cada vez mais obsedantes. Assim pouco a pouco se constituía, através de apalpadelas e contradições, uma primeira ciência das riquezas que exprime à sua maneira o voluntarismo humanista do Renascimento. O autor inglês dos diálogos, redigidos em meados do século, e publicados em 1581, sob o título *A Compendious or brief examination of certain ordinary complaints*[2], coloca na boca de um de seus personagens recomendações bem significativas: "Acabando com a importação das mercadorias fabricadas no estrangeiro, e que poderiam sê-lo entre nós, restringindo a exportação de nossas lãs, peles e outros produtos no estado bruto, chamando artesãos de fora sob o con-

trole das cidades, fabricando mercadorias suscetíveis de serem exportadas pelo exame destas mercadorias, e pela aposição sobre elas, antes que possam ser vendidas, do selo da cidade, penso que nossas cidades poderiam brevemente reencontrar sua antiga riqueza".

Em *La grande monarchie de France,* Claude de Seyssel declara, em 1515, que o poder do país reside nas suas reservas de ouro e de prata. No seu modo de pensar, o reino deve proibir todas as saídas de espécies, sem medo de represálias, porque, único na Europa graças às suas riquezas naturais, pode abster-se de seus vizinhos. Alguns meses mais tarde, diante do Parlamento de Paris, o chanceler Duprat apresenta as mesmas proposições. Na Espanha, Luis Ortiz, no seu memorial *Para que a moeda não saia do reino,* quer recolocar seu país no trabalho, multiplicar as manufaturas, interditar a exportação das matérias-primas têxteis. Estudaremos adiante o nascimento da teoria econômica, que inspirou e sustentou os esforços dos monarcas, preocupados com o estado de suas finanças e as necessidades dos exércitos e dos diplomatas. Poder-se-iam citar múltiplos testemunhos desta convergência de pensamentos e dos planos dos estadistas, mas não é nossa intenção estudar em detalhes a política econômica de cada soberano do século XVI europeu; vamos tentar sobretudo destacar os caracteres comuns.

É aos movimentos monetários que os governos dedicaram, talvez, maior atenção. Em toda parte quer-se acabar com as saídas de numerário. Na França, declarações reais renovam esta proibição em 1506, 1540, 1548 e 1574. Na Inglaterra vai-se mais longe e, para eliminar os fraudadores e todos os tráficos clandestinos sobre as letras de câmbio, tenta-se por duas vezes, em 1546 e em 1576, submeter todo o negócio dos câmbios ao controle de agentes do governo, é um fracasso. Fracasso também de todas as disposições concernentes ao transporte do numerário ao estrangeiro. Como vigiar as fronteiras, os portos, quando o governo dispunha de tão poucos agentes e de meios tão lentos de transmissão; como não admitir, enfim, os argumentos dos mercadores, que invocam a necessidade de certas importações indispensáveis aos fabricantes franceses ou anteriores a certas reexportações. O caráter

elementar da teoria da balança comercial condenava as veleidades governamentais à impotência. Para se convencer da ineficácia total de todos estes regulamentos, basta evocar o caso da Espanha de onde teoricamente não podiam sair, o ouro e a prata, entretanto, suas pistolas de ouro e seus reais de prata circulavam em toda a Europa Ocidental.[3]

Era mais fácil suscitar novas produções e conceder-lhes privilégios contra os concorrentes estrangeiros. Assim, na Inglaterra, na França, a Coroa concede subvenções aos manufatureiros que inauguram fabricações. A Rainha Elizabeth distribui generosamente monopólios temporários a todos aqueles que introduzem novas atividades na ilha: as indústrias de alume, de salitre, de sabão, de espelhos e de faiança, a fabricação de canhões ou a refinação do açúcar de cana. Foi talvez na França que esta intervenção direta do poder monárquico se fez mais multiforme e mais sistemática, anunciando já a prática das manufaturas reais da época de Henrique IV ou de Luís XIV. Francisco I criou, em Fontainebleau, uma manufatura real de tapeçaria. Henrique II confia a um bolonhês, com um monopólio de 10 anos, a fabricação de espelhos à veneziana, e Catarina de Médicis continua a proteger as fábricas de seda de Orléans e de Tours. São, é claro, criações frágeis, muitas vezes efêmeras, porque dependem demais do apoio de um tesouro real quase sempre vazio. Mas, ao lado das subvenções em numerário, os soberanos dispõem agora de todo um arsenal de medidas proibicionistas e de taxações para colocar as fabricações nacionais ao abrigo da competição estrangeira. Carlos V defende severamente a exportação do linho, do cânhamo e submete os lanifícios estrangeiros a regulamentos e controles minuciosos. Cosme de Médicis interdita a entrada dos tecidos estrangeiros em Florença e a exportação das sedas brutas. Na França, as restrições impostas à livre importação compreendiam primeiramente os produtos de luxo, tecidos de ouro e de prata, cetins e damascos. Depois, em 1538, a pedido dos Estados de Languedoc, Francisco I proibiu a entrada de tecidos da Catalunha e de Castela. Nos Estados Gerais de 1576, o Terceiro pede a exclusão de todos os manufaturados estrangeiros. Em 1581, pela pri-

meira vez uma tarifa geral de entrada é imposta a todas as fronteiras, e a assembléia dos Notáveis de 1583 reiterou os pedidos da assembléia de 1576. Há uma última característica da intervenção estatal na economia do século XVI que merece atenção. No seu livro clássico, E. Heckscher insistiu sobre este caráter unificador do mercantidismo *(ein einheitsbildendes System).* É válido para a Espanha de Filipe II, para a França de Henrique III, onde o edito de 1581 tenta impor uma organização uniforme das comunidades de ofício. É válido para a Inglaterra, onde o estatuto dos artesãos regulamenta, em 1563, a aprendizagem e o processo de fixação dos salários, enquanto que as Poor Laws estabelecem um sistema uniforme de assistência. Em toda a Europa Ocidental, os príncipes se esforçam, com um sucesso desigual, por facilitar as relações no interior de seus Estados, por reduzir as portagens e os *tonlieux**, por organizar correios.

Entretanto, não será preciso pecar por anacronismo e exagerar o caráter moderno da administração real no século XVI. Os entraves à livre circulação dos homens e das mercadorias continuam inumeráveis em cada Estado. As taxas recolhidas nas fronteiras sobre as mercadorias estrangeiras conservam ainda muitas vezes o caráter de simples direitos fiscais e nem sempre é fácil saber se a fixação das tarifas corresponde a considerações financeiras ou protecionistas. Para numerosas mercadorias, inclusive os manufaturados, a tatifa francesa, no começo do século XVII permanece mais elevada na saída do que na entrada, o medo da fome, da interrupção do aprovisionamento, ou da carestia, justificam sem dúvida este paradoxo. Pelos mesmos motivos, o rei da Espanha interdita, de 1552 a 1559, a exportação dos tecidos espanhóis, esperando assim frear a alta dos preços castelhanos!

Em nenhuma parte as idéias e as "receitas" constituem uma doutrina coerente. Os maiores espíritos do século hesitam entre a teoria quantitativista da moeda e a da balança comercial. No período da alta européia dos preços, o protecionismo manufatureiro e o bulionismo não se arriscam a acelerar a inflação, ninguém é capaz de perceber claramente o problema e de resolver a aparente contradição. A irregularidade das colheitas, a insegurança, a lentidão das relações marítimas e terrestres mantém a obsessão medieval da penúria. Os teóricos do interesse nacional, os apologistas do aproveitamento colonial e marítimo permanecem embaraçados pelos argumentos dos teólogos sobre a usura, o justo preço e o direito das gentes, e por toda parte as querelas religiosas obscurecem o sentido da *Real Politik.* Em nenhum lugar, o Estado é bastante poderoso, o aparelho do governo bastante bem organizado na base como cimo, as finanças bastante sãs para dar à intervenção principesca a indispensável continuidade. Não passam ainda de medidas circunstanciais, empresas temporárias, mas sua convergência, sua inspiração dominante cria pouco a pouco uma tradição, destaca progressivamente os elementos de um plano de conjunto e anuncia os grandes projetos econômicos da Europa clássica.

III. O mercantilismo no Século XVII. O exemplo Francês

Na verdade, únicos entre todos os Estados europeus, a França e a Inglaterra foram capazes de conduzir no século XVII uma política econômica coerente e de relativa eficácia, sem dúvida, a Espanha era muito fraca politicamente, demasiado embaraçada por seu império e suas possessões européias, a Itália e o Santo Império muito divididos e muito devastados pela guerra, a Suécia muito ligada à economia das Províncias Unidas, que no mesmo momento seguiam com felicidade um caminho original.

Várias circunstâncias contribuíram para o florescimento do mercantilismo na França dos Bourbons e na Inglaterra de Elizabeth a Guilherme III.

A aspereza das competições internacionais em que se viram envolvidos os dois países excitou seu jovem nacionalismo econômico. O prêmio era, primeiramente, a exploração das riquezas do Império espanhol, que o débil poder do soberano de Madri e a apatia de seus súditos não mais conseguiam animar; era ainda o monopólio das reexportações das drogas e das especiarias

orientais, o mercado dos manufaturados têxteis, o benefício da navegação do Báltico ao Mediterrâneo. A Inglaterra, com método, após a ter assestado seus golpes contra a "Carrera" das Índias e suas feitorias americanas, voltou-se sucessivamente contra a República neerlandesa, na qual se lhe opuseram três guerras marítimas, depois contra a França de Luís XIV. A França também se inquietava com o tráfico e a prosperidade dos holandeses. O papel que os mercadores das Províncias Unidas representavam em nossos portos e em nossas regiões atlânticas, parecia escandaloso a Colbert, e a guerra de 1672 não foi, a seu ver, mais que o coroamento de toda uma perseverante contra-ofensiva industrial e comercial. O episódio decisivo destas rivalidades se desenvolveu de 1701 a 1713, quando as duas potências marítimas aliavam-se para insurgir-se contra as pretensões francesas de acolher, de um golpe e por sucessão dinástica, a herança de Carlos II da Espanha. Todas estas lutas apresentaram, ao lado de seus aspectos militares, aspectos tarifários e comerciais. Os esforços financeiros impostos aos dois Estados, francês e inglês justificaram ainda mais a intervenção do governo no domínio das atividades econômicas, e o serviço do egoísmo nacional.

A modernização do aparelho de Estado contribuiu igualmente para os progressos da prática mercantilista. Na Inglaterra, o desenvolvimento do serviço das aduanas permitiu estabelecer uma contabilidade mais exata das trocas internacionais, enquanto que o controle parlamentar fornecia aos interesses do negócio os meios de se fazer entender mais claramente. Da mesma maneira na França, a reforma tarifária de 1664, nas fronteiras do território das cinco grandes herdades, autoriza uma visão mais clara da balança comercial, e os escritórios que se constituem pouco a pouco sob a autoridade do Controlador-geral, podem seguir melhor as flutuações das trocas. Também os progressos da reflexão teórica guiam mais seguramente os administradores e os ministros. As obras de Mun, Child, Davenant e Petty assinalam os primeiros passos da economia política; na França, Laffemas, Montchrétien, o próprio Richelieu, inspiram Colbert diretamente. Uma certa laicização do pensamento político sob a influência do

maquiavelismo e dos princípios da razão de Estado justifica a ciência e a prática das riquezas. Aos olhos de Colbert, os monges são quase suspeitos ociosos, e os escrúpulos dos teólogos no que concerne ao empréstimo a juros entravam inutilmente o comércio.

As circunstâncias conjunturais constituem um último elemento favorável, trazem uma justificação suplementar às teses mercantilistas. A baixa prolongada dos preços ouro e prata, sobretudo depois de 1630, mantém uma espécie de angústia monetária. Em toda parte, na Europa Ocidental, faltam as espécies de ouro e de prata. Suas trocas são embaraçadas, as crises periódicas se tornam mais temíveis, e os tesouros públicos sofrem com isto, no mesmo momento em que as necessidades dos exércitos e das frotas exigem quantidades crescentes de ouro e de prata, nervos da guerra. O enfraquecimento da produção das minas americanas, o entesouramento universal sob a forma de jóias e de baixelas, o desequilíbrio das balanças com o Levante e o Extremo Oriente, explicam, sem dúvida, esta penúria. Mas a Inglaterra e a França não podem acomodar-se a isto. Suspeitam que as Províncias Unidas açambarcam uma parte crescente do estoque europeu. Os financistas e os ministros são constrangidos a se interessar pelo equilíbrio das trocas comerciais, que condiciona a prosperidade e a circulação das espécies, intermediário indispensável do imposto antecipado. Tampouco não podem ignorar o longo recesso que afeta muitos negócios e manufaturas em meados do século. O desemprego e a miséria mantêm e multiplicam os riscos de sedições populares. Ontem como hoje, a crise econômica por razões políticas e sociais provoca a intervenção do Estado, e o esforço de Colbert é um plano de reconstrução, de restabelecimento nacional, tanto quanto um serviço do Rei.

Colbert colocou na exposição de suas idéias uma clareza, uma força de convicção e na realização de seus projetos uma energia que teriam merecido um melhor sucesso. Mas pouco inovou. Foi Barthélemy de Laffemas quem primeiro, logo em seguida ao desastre nacional que foram as guerras de religião, se fez apologista do trabalho criador e adversário desta letargia econômica que ameaça a França. Em uma dúzia de

panfletos, expõe as idéias adotadas em parte pela Comissão do Comércio, criada em 1601 por Henrique IV. Inspirou igualmente as medidas tomadas pelo soberano e seu Conselho em favor das manufaturas de tapeçarias, de tecidos de seda, e a tentativa abortada de criar, em 1604, uma grande Companhia Francesa das Índias Orientais. Por intermédio de seu filho Isaac, autor de uma *Historie du commerce de France,* e pelos escritos de Montchrétien, La Gomberdière e outros, suas idéias acabaram por chegar ao domínio público onde a assembléia dos Notáveis de 1627, o próprio Richelieu, depois Colbert, não tiveram senão que apanhá-las.

Encontra-se muitas vezes nos escritos de Richelieu a idéia banal de que a prata é o nervo da guerra; obsidiado pelo poderio da Espanha, ele ambiciona os metais preciosos que as frotas da América trazem todo ano a Sevilha. Para desviar em direção ao reino uma parte deste pactolo, imagina com os seus Conselheiros o plano de vasta empresa comercial e colonial. Grão-mestre do almirantado, governador da Bretagne, consagra perseverantes esforços ao renascimento da marinha e dos portos, encoraja as tentativas de constituir na França grandes companhias de navegação: Companhia do Morbihan, Companhia da Nova França, Companhia do Escaler de Saint-Pierre Flor-de-lis, etc.[4] A diplomacia, a guerra, as revoltas interiores, a doença e a morte impediram-no de prosseguir na execução de seus projetos, mas a importância que concede a estas questões econômicas no seu Testamento político, e os diversos papéis que constituem suas Memórias traduzem bem suas intenções e o sentido da missão que deixava a seus sucessores. Colbert não teve pois o mérito da invenção, mas ninguém lhe contesta o da continuidade e perseverança na execução, ao longo dos 22 anos de seu ministério; fatigado, não era senhor nem da conjuntura, nem da bolsa de seu rei. Por muitas vezes, Colbert formulou na sua correspondência os princípios do mais estrito mercantilismo. "Concordar-se-á facilmente, escreveu em 1664, em que somente a abundância da prata num Estado é que faz a diferença de sua grandeza e de seu poderio"; alguns anos mais tarde, precisa: "Há somente uma mesma quantidade

de prata que circula em toda a Europa... não se pode aumentar a prata no reino, sem que ao mesmo tempo se retire a mesma quantidade nos Estados vizinhos". Pode-se ler ainda no seu memorial de 1670 sobre as finanças: "É preciso aumentar a prata no comércio público atraindo-a dos países de onde provém, conservando-a dentro do reino, impedindo que ela saia e dando aos homens meios para aproveitá-la... somente o comércio e tudo o que dele depende pode produzir este grande efeito"[5]. Assim, a prosperidade de um Estado não poderia ser edificada senão a expensas de seus vizinhos; a esta "guerra de prata" Colbert concitava a França e incitava seu soberano. É talvez o aspecto mais curioso do colbertismo este pessimismo econômico, que se recusa a crer na possibilidade de um progresso de conjunto, e esta concepção estática do comércio mundial[6]. Vamos encontrar este mesmo pessimismo na desconfiança meticulosa de muitos textos regulamentares e nos ditos do ministro que atribuem à fraude e à má qualidade de fabricações e decepções comerciais francesas no estrangeiro. Para melhor conduzir esta guerra de prata, Colbert procedeu a uma nova disposição das tarifas aduaneiras: é preciso, diz ele, "isentar as entradas das mercadorias, que servem às manufaturas do reino, taxar aquelas que permanecem manufaturadas, isentar inteiramente as mercadorias de fora que, tendo pago a entrada, saem, e aliviar os direitos de saída das mercadorias manufaturadas dentro do reino". Mas a arma essencial desta competição internacional é o desenvolvimento da marinha, a multiplicação das manufaturas e das companhias de comércio, às quais Colbert devota cuidados atentos. A este respeito ele segue a obra esboçada por Laffemas, Richelieu e Fouquet. Exerce vigilância sobre a cobrança da taxa de 50 soldos por tonelada, sobre os navios estrangeiros que freqüentam os portos franceses. Já em 1664, concede subvenções à construção marítima e as réplicas francesas dos Atos de Navegação britânicos lhe permitem elevar, no fim da vida, as marinhas de guerra e de comércio a um nível até então inigualado. Não há um único setor da produção manufatureira, um único negócio remoto que escape à sua intervenção. Arsenais, fundições de canhões, manufaturas de renda, de

malharia, de meias de lã e de seda, tecidos de luxo ou tecidos finos, Companhia das Índias Orientais, Companhia das Índias Ocidentais, Companhia do Norte Companhia do Levante gozam alternadamente de sua exigente proteção. Solicita ou exige os concursos, organiza, subvenciona, vigia e se inquieta. Mais de 150 regulamentos de fábrica procuram fazer da produção francesa uma produção de qualidade sem igual na Europa. Especificam a proporção das tintas, a largura dos tecidos, o número de fios na malha, os utensílios e os trabalhos de todos os corpos de ofício. Sob o controle dos intendentes, um novo corpo de inspetores das manufaturas é encarregado de controlar as fabricações e de constatar as contravenções.

À falta de informações estatísticas, muitas vezes é difícil apreciar a eficácia destas empresas e a incerteza mantém ainda os debates entre os historiadores. Muitas manufaturas, muitas companhias desapareceram mesmo antes da morte do ministro, e a distância entre as ambições e os resultados é grande. A amargura marca freqüentemente a correspondência de Colbert nos últimos anos de sua vida. Muitos obstáculos se opuseram às suas empresas: a relutância dos mercadores em participar de companhias semipúblicas, seu gosto excessivo pelos investimentos nos negócios da finança, os ofícios ou a terra, a insuficiência do sistema de crédito na França, a indigência do campesinato e a ausência de um amplo mercado interno, a deflação internacional das atividades e dos preços. O trágico na existência de Colbert nasce tanto dos caprichos caros de Luís XIV, como de uma conjuntura desfavorável e da abstenção parcial da burguesia francesa. Entretanto, decerto o balanço não é totalmente negativo. Subsistem, à sua morte, uma marinha reconstituída, uma legislação comercial menos arcaica, uma tecelagem novamente próspera, e uma manufatura de telas de linho e de cânhamo que se tornou a primeira da Europa. As companhias coloniais decaíram, mas as Antilhas e o Canadá receberam novos colonos, e todos os portos do Atlântico entraram em nova atividade.

A personalidade e a obra de Colbert suscitaram, durante sua vida, e após a sua morte, violentas oposições e ásperas polêmicas. Alvo de muitos panfletos

clandestinos, foi, logo em seguida à sua morte, publicamente criticado, depois denunciado pelos fisiocratas e pelos economistas liberais. Precisou esperar quase dois séculos a sua reabilitação. List, em seu *Système d'économie nationale,* celebra-o como um precursor. E. Lavisse exalta seu espírito filosófico e vê na sua obra a primeira manifestação do despotismo esclarecido; P. Boissonnade identifica o colbertismo e o socialismo de Estado; e R. Gonnard, em sua *Histoire des doctrines économiques,* proclama o "gênio" de Colbert. Rejeitando a lenda dourada tanto quanto a lenda negra, os historiadores atuais procuram, sobretudo, explicar as características e os limites da sua obra, em função das instituições e das idéias de seu tempo, Boisguilbert e os economistas franceses do século XVIII censuraram a Colbert o fato de ter negligenciado a agricultura, fonte de toda riqueza, até mesmo de tê-la sacrificado em proveito das manufaturas. Colbert teria sustentado uma política de pão barato para baixar preços de custo na França. Nada é mais inexato; a baixa excepcional dos preços agrícolas na França, de 1662 a 1687, corresponde a um movimento internacional, sensível em todos os mercados da Europa Ocidental. A verdade é que Colbert não soube ou não pôde desembaraçar-se das tradições regulamentares em matéria de circulação e de negócio dos cereais, enquanto que à mesma época, na Inglaterra, as *corn laws* permitiam, alternadamente, prover o mercado nacional, e depois vender com vantagem os excessos da produção. Colbert pensou que o desenvolvimento das manufaturas rurais remediaria o pauperismo dos campos. Salvo algumas medidas circunstanciais em favor dos camponeses, abaixamento temporário das talhas, proteção ao gado, a França de Luís XIV não tem política agrícola.

Não menos fundamentadas que as críticas formuladas pelos representantes dos interesses agrários, parecem-nos as reticências de alguns negociantes com relação ao colbertismo. Ao lado dos mercadores xenófobos que reclamam e aprovam o protecionismo aduaneiro, existem incontestavelmente, na França do século XVII, homens de negócio que conhecem a solidariedade complexa das trocas internacionais e temem as represálias estrangeiras. Os Seis grandes corpos dos

mercadores de Paris já haviam pleiteado a liberdade do comércio e o abaixamento das tarifas instituídas em 1654. Mais fortemente ainda um panfleto anônimo de 1688 declara: "O Senhor Colbert não se aparcebe de que, pretendendo colocar os franceses em condições de se absterem de outros povos, os conduz a fazer a mesma coisa de seu lado". O mesmo apego à liberdade de comércio suscita a desconfiança em relação às companhias de navegação e de colonização de caráter semipúblico, ou em relação à regulamentação minuciosa das fabricações. Censurou-se a Colbert esta "mania de regulamentação". Útil onde ela presidia a introdução de uma técnica nova, atrapalhou muitas vezes a adaptação das manufaturas têxteis francesas às flutuações da moda e da demanda estrangeira. Ele não compreendeu bem o caráter multilateral das trocas, não acreditou tampouco nas leis do mercado, seu pensamento continua o de um administrador minucioso, e não de um economista. Seu apego aos sistemas das jurandas, cuja instituição tenta generalizar em 1673, revela bem o caráter tradicionalista de seu pensamento. Multiplica os controles de fabricação, reforça a pequena oficina rotineira, no momento em que a Inglaterra pós-revolucionária se liberta, no essencial, dos vestígios do sistema medieval de organização de trabalho. Para ele, como para os juristas que o cercam e assistem, a organização corporativa parece algo de instituição natural ou divina. As manufaturas privilegiadas não passam, em seu espírito, de expedientes temporários. O regime normal de organização do trabalho deve ser o das jurandas e o edito de março de 1673 tenta generalizar a instituição em todo o reino.

Em matéria de política monetária, o mesmo tradicionalismo lhe inspira, a 7 de dezembro de 1665, uma reavaliação mais feliz da livre circulação, que constitui uma verdadeira deflação em plena crise econômica, e que teve de revogar no ano seguinte, diante dos protestos dos mercadores e dos banqueiros. Mais grave é sua incompreensão, e deve-se dizê-lo, de muitos de seus compatriotas, diante das reformas monetárias inglesas de 1662, que introduzem, como nas Províncias Unidas, maior liberdade da circulação das espécies e dos lingotes. À luz destas comparações, os limites do colbertismo

refletem com evidência o atraso do pensamento econômico e das instituições sociais na França em relação ao seu vizinho anglo-saxão. Colbert, um gênio ou um medíocre nocivo? Nem um, nem outro, mas um homem de seu tempo e de seu país, um ministro desta poderosa monarquia administrativa, cuja grandeza não podia conformar-se com a decadência comercial e industrial. Num momento e num país onde tudo conspirava para desviar os filhos da burguesia das atividades econômicas — os preconceitos nobiliários ou paranobiliários, o esnobismo da ociosidade, a suspeita da Reforma católica em relação às modernas formas do crédito e das técnicas comerciais, o prestígio da carreira dos ofícios, enfim, a conjuntura desfavorável, contra uma tal coalizão de interesses, de hábitos e de dificuldades econômicas — ele tentou dar ao país o sentido do labor, da eficácia e da empresa. Não foi culpa sua, se algumas de suas proposições não foram retidas, se a oposição da Faculdade de Teologia e da Sorbonne impediram o estabelecimento nas principais cidades do reino destes "negociantes de empréstimo" que distribuiriam o crédito comercial. Não foi culpa sua, se o rei, finalmente, sacrificou a vocação marítima do reino, e escolheu a "glória", a guerra continental e a intransigência romana.

IV. O "Sistema Mercantil" na Inglaterra

Na Inglaterra, mais ainda que na França, o mercantilismo é uma criação contínua, empírica e nacional. Já evocamos certas decisões do século XIII, concernentes à proteção da indústria lanífera. Do mesmo modo, nos séculos XIV e XV, já esboçando o sistema dos Atos de Navegação, a Coroa opôs obstáculos à livre circulação e ao livre tráfico dos navios estrangeiros nos portos britânicos. Como na França, foi entre 1580 e o fim do século XVII que o mercantilismo se impôs com maior força e coerência. As ameaças exteriores contribuíram para o seu sucesso, e por duas vezes apareceu como um elemento essencial da defesa nacional. As lutas que os marinheiros e os corsários de Elizabeth mantinham contra as frotas e as colônias de Fi-

lipe II eram ao mesmo tempo uma empresa religiosa, nacional e mercantil e um século mais tarde, a ofensiva comercial contra a França de Luís XIV se inscrevia, igualmente, num plano mais geral de defesa protestante. Esta coincidência deu ao programa mercantilista o apoio de grande parte da opinião britânica. O caráter sistemático da intervenção estatal no século XVII se explica também pela necessidade de fazer face à grande depressão econômica, cujos primeiros sinais se manifestam na Inglaterra em 1620. Apreensivo com a gravidade desta crise, o conselho privado se associa em 1622 a uma comissão de peritos, de mercadores e de banqueiros, para discutir as causas dos prejuízos das vendas têxteis. Suas conclusões e suas proposições constituem um resumo de todas as práticas mercantilistas[7]. As grandes companhias comerciais, de seu lado, prepararam e favoreceram a adoção dos Atos de Navegação[8]. É, talvez, a característica mais original da política econômica inglesa, graças à existência do Parlamento, ela é freqüentemente ajustada e ratificada. Não mais sob os Stuarts que sob o Protetorado, o Estado não está às ordens dos mercadores, mas consulta, inspira-se antes de decidir ou de arbitrar. Em matéria econômica, como em matéria política, a situação da Inglaterra parece intermediária entre a das Províncias Unidas e a da França: as Províncias Unidas onde a impotência do poder federal freqüentemente deixa livre curso aos interesses particulares, até mesmo antinacionais, e a França onde o zelo de um ministro, suprindo mal o enfraquecimento dos corpos intermediários, a intervenção do Estado assume um caráter autoritário ou repressivo. O mercantilismo inglês se beneficia da precocidade das instituições políticas e sociais, da qualidade da informação e da reflexão teórica no país, evolui, se adapta, se aperfeiçoa, e ajuda a Inglaterra a assumir, na Europa, uma verdadeira supremacia marítima e comercial e, talvez, já a supremacia industrial.

Como em todos os outros países da Europa, o mercantilismo adquiriu na Inglaterra três formas essenciais: proteção, da moeda e dos estoques de metais preciosos, proteção da produção, encorajamentos e favores à marinha e ao comércio nacional.

Na Idade Média, a exportação das espécies fora, na Inglaterra, como aliás em quase toda parte, regularmente proibida. Por diversas vezes o governo de Elizabeth, depois o de Jaime I, tentaram restabelecer estas antigas disposições, mas estes projetos logo foram abandonados, e um sistema de licenças permitiu eludir as estipulações muito rigorosas de certos textos. Mercadores, economistas e políticos progressivamente tomaram consciência, ao longo do século, do caráter ilusório ou nefasto destas regulamentações. Sabiam que a pretensão do comércio no Báltico e nas Índias Orientais exigia saídas de prata, e que o saldo global dos movimentos de metais preciosos dependia da atividade econômica geral do reino e do equilíbrio de seu comércio. O fracasso das tentativas para controlar e estabilizar arbitrariamente o mercado das trocas acabou por provar que os movimentos comerciais determinavam, ao mesmo tempo, as flutuações das circulações e o movimento das espécies. Th. Mun fez o balanço destas experiências no livro *England's Treasure by foreign Trade,* publicado em 1664, onde dava uma formulação clássica da teoria da balança comercial e levava em conta as exportações e as importações invisíveis: "O meio ordinário de aumentar nossa riqueza e nossas espécies é o comércio exterior, para o qual é preciso sempre observar esta regra, vender mais aos estrangeiros do que lhes compramos para nosso consumo". Nesta data, aliás, a Inglaterra já se havia desembaraçado do essencial das velhas regulamentações bulionistas. Inspirando-se nos exemplos de Veneza e Holanda, um ato de 1663 autorizou a exportação de moedas estrangeiras e de material de ouro e de prata. Reforma importante, que contribuiria para a estabilidade da libra esterlina, permitiria certas adaptações automáticas dos preços e das trocas, já testemunhava a prosperidade do comércio britânico e preparava seus progressos ulteriores. A tarefa do governo não era mais regulamentar o movimento das espécies, mas orientar e dirigir as correntes do comércio para garantir um saldo positivo.

Esta teoria da balança comercial ditava os outros aspectos da política mercantilista. Para assegurar, na medida do possível, sua própria subsistência, o reino devia desenvolver certas produções, reservar à sua ma-

rinha e a seus mercadores o controle de suas trocas exteriores, encorajar certos tráficos pela diminuição das taxas aduaneiras, desencorajar outros com tarifas proibitivas.

O protecionismo inglês no século XVII é ao mesmo tempo industrial e agrícola. Os dois primeiros Stuarts têm uma idéia muito alta das responsabilidades econômicas e sociais da monarquia, distribuem os privilégios e os monopólios, multiplicam os regulamentos e confiam a um enxame de oficiais o controle das fabricações. A indústria têxtil, a mais importante das atividades exportadoras do país, goza da atenção particular da Coroa e do Parlamento. No fim do reinado de Jaime I, as exportações de lã são definitivamente interditadas, o que, reserva feita ao contrabando, dá aos tecelões ingleses o monopólio de uma matéria-prima excelente e barata. Isto não basta para fazer frente às dificuldades nascidas da crise de meados do século; elevam-se as taxas aduaneiras no tocante aos tecidos franceses e holandeses, esforçam-se mesmo para impor o porte dos tecidos de lã de fabricação nacional. Para as roupas de luto, para as mortalhas, os atos do Parlamento estipulam o uso obrigatório dos tecidos de lã. Depois, como os tecidos de algodão das Índias concorressem com os tecidos finos, o governo interditou em 1700 as sedas e os tecidos de algodão orientais; vai mesmo mais longe em 1721 e proscreve o uso dos tecidos orientais importados crus e tingidos na Inglaterra. Um pouco antes, o governo francês havia tomado medidas idênticas, prolongando também por um século a atividade das pequenas manufaturas de tecidos e sedas.

Idêntica no domínio industrial, a política dos dois reinos difere radicalmente no setor agrícola. Sua situação marítima ajudou a Inglaterra a se libertar, um século antes da França, do medo obsessivo da penúria e da fome. Ousando favorecer a exportação dos cereais e limitando as importações, soube encorajar sua agricultura e manter seus progressos. Já nos séculos XV e XVI fora estabelecido o princípio da liberdade de exportação quando os preços internos do trigo não excedessem um certo nível. Após a Restauração, um ato de 1670 suprimiu todas as condições e todas as restrições. Melhor ainda, em 1674, foram concedidas subvenções aos exportadores para evitar em período de abundância a derrocada dos cursos. Na mesma época, o Parlamento instituiu, em 1663 e 1670, uma escala móvel dos direitos à importação: taxas aduaneiras elevadas quando os preços do trigo permaneciam baixos, e tarifas menos severas quando estes preços se elevavam. Graças a este sistema, os produtores ingleses gozaram durante quase um século de uma proteção quase completa. Menos oprimidos pelo sistema fiscal que os camponeses franceses, foram ainda melhor protegidos contra a grande depressão dos preços dos cereais. Conservaram um nível de vida mais decente, e a capacidade de absorção do mercado interior, fonte de todo desenvolvimento ulterior, foi assim salvaguardada.

O terceiro elemento essencial do sistema mercantilista inglês no século XVII é constituído pelos Atos de Navegação. Como a agricultura e as manufaturas, a marinha nacional goza de um regime altamente protecionista. Neste setor também o Estado mercantilista tenta sozinho assegurar sua subsistência e seus serviços. A marinha e o comércio holandês, concorrentes temidos, é que são visados pelos Atos de Navegação. As decisões de 1651 e 1660 codificam e sistematizam uma política marítima, já esboçada por medidas parciais tomadas nos reinados de Elizabeth e dos dois primeiros Stuarts. Segundo o texto de 1651, as mercadorias européias não podiam ser transportadas para a Inglaterra, a não ser em navios ingleses ou em navios do país de origem; do mesmo modo os produtos da Ásia, da América ou da África não podiam ser importados senão pela marinha britânica ou colonial. Em 1660, para evitar certas fraudes especificou-se que a equipagem de um navio britânico deveria ser comandada por um capitão inglês, e composta por três quartos de súditos britânicos. Durante os primeiros anos da Restauração, outras disposições completaram a constituição do sistema, reservando à metrópole o essencial do comércio colonial. O regime da exclusividade contribuiu também para a prosperidade da marinha britânica.

Este protecionismo rigoroso suscitou, naturalmente, a hostilidade dos países vizinhos. Os Atos de Navegação contribuíram para o desencadeamento das três guerras marítimas anglo-holandesas, e o conflito tarifá-

rio com a França resultou progressivamente num regime de quase-proibição. No decurso das negociações, que resultaram na paz de Utrecht, foi feita uma tentativa para pôr fim a esta situação, e foi negociado um tratado comercial entre os dois países.

Este projeto provocou na Inglaterra uma polêmica interessante; com efeito, neste país, como na França, começava-se a se interrogar sobre a legitimidade das tarifas proibicionistas. Economistas como Coke, Child, Davenant se esforçaram por apontar-lhes os perigos: riscos de represálias e de guerra, desaparecimento da competição estimulante, ruptura dos equilíbrios multilaterais do comércio internacional. Seus argumentos retomados em 1713 pelos tóris e De Foe não foram, entretanto, entendidos. O pensamento teórico se antecipava aos costumes, até mesmo aos fatos, e o tratado não foi ratificado pelas Comunas. Provavelmente, os benefícios que a Inglaterra soubera tirar da organização egoísta da sua economia nacional eram demasiado evidentes para autorizar, já no início do século XVIII, uma modificação qualquer do sistema mercantil. Liberta, no essencial, das antigas regulamentações corporativas, da proibição do empréstimo a juros e dos particularismos urbanos e regionais, a economia inglesa afirmava, numa conjuntura européia, embora bem difícil, seu dinamismo. Manufaturas bem protegidas, mas livres de toda regulamentação autoritária das fabricações e das técnicas, uma marinha poderosa, uma agricultura próspera e lucrativa, instituições parlamentares e políticas favorecendo a consulta e o confronto dos interesses, a Inglaterra estava pronta para a grande aventura industrial. As duas revoluções políticas que ela atravessara no século XVII tinham liquidado as confrarias, as guildas, os privilégios, muitos vestígios, obstáculos e preconceitos herdados do passado, e contribuíram para fazer do mercantilismo um meio muito eficaz de poder e de progresso nacional.

O exemplo da Suécia, como o da França e da Inglaterra, poderia ilustrar as histórias paralelas do mercantilismo e do absolutismo. Monarquia nacional e por um momento grande potência européia, a Suécia da rainha Cristina e de Carlos XI procurou desenvolver suas exportações e sua marinha. Tentou mesmo, às

margens do Delaware, a empresa colonial. Seus soberanos concederam privilégios às manufaturas laníferas de Estocolmo e Norrköping, às companhias de alcatrão e de sal. Para intensificar a produção e as trocas, criaram em 1637 o Colégio das Minas e em 1651 o do Comércio. Estabeleceram nas fronteiras direitos de aduana, protetores enquanto a frota sueca desempenhava importante papel comercial no Báltico e contava em 1690 com mais de 750 navios. O excedente da balança comercial, que os ministros festejavam, escondia entretanto uma fraqueza. Muitas exportações eram destinadas a reembolsar os capitais holandeses que controlavam em parte a metalurgia do ferro e do cobre, as fabricações de armas, e queriam redistribuir seus produtos no mercado de Amsterdã. Para garantir a autonomia do seu desenvolvimento, a Suécia teve de retirar às sociedades de participação holandesa os monópolios que elas haviam conseguido em certos setores da produção e do comércio, teve sobretudo de renunciar definitivamente, após as empresas quiméricas de Carlos XI, às ambições européias e à guerra. No momento em que este país começa a explorar a Escânia, restabelece seu equilíbrio agrário limitando as propriedades dos nobres pela grande "Redução", repele a ajuda interessada dos financiadores de Amsterdã, abandona suas pretensões imperiais no mar Báltico; o esforço mercantilista ilustra à sua maneira uma tomada de consciência nacional e o nascimento da Suécia moderna.

V. Os outros estados europeus

Em nenhuma parte da Europa, encontra-se no século XVII intervencionismo tão coerente, tão sistemático como na França, na Inglaterra ou, em menor escala, na Suécia. Todavia, os projetos mercantilistas são universais, e em toda parte, nas deliberações dos Conselhos de governo, encontram-se as mesmas decisões, as mesmas proposições e todos os argumentos que a literatura econômica da época popularizava. A Dinamarca como a Baviera, os Estados dos Habsburgos como os princi-

pados italianos ou germânicos conhecem as companhias monopolizadoras, as manufaturas privilegiadas, as tarifas protecionistas e a instituição dos Conselhos ou Colégios de comércio. É certo que muitas vezes não passam de veleidades, projetos sem seqüência, medidas temporárias ou decisões vãs. Somente há política mercantilista eficaz nos séculos XVII e XVIII, onde um poder central é capaz de dominar os particularismos e os egoísmos, de impor uma arbitragem aos interesses opostos, de conciliar as reivindicações dos negociantes e dos produtores. Somente há política mercantilista eficaz onde os empreendedores são capazes de responder às proposições do governo, onde existe um embrião de burguesia nacional, o esboço, ao menos para certos produtos, de um mercado nacional, e as bases geográficas de uma relativa autarquia. É isto que demonstra um rápido exame da política econômica de alguns Estados europeus.

É conveniente evocar em primeiro lugar, porque sua situação é muito especial, o caso das Províncias Unidas, e sobretudo da Holanda. Não há neste país na idade clássica nem escola nem teórico mercantilista; isto já é revelador. Mas a República se singulariza ainda pela liberdade que concede, quase desde sua constituição, aos movimentos internacionais das espécies e das moedas. Nunca a Holanda, ao tempo do seu apogeu comercial hesitou em exportar numerário. Cunhava mesmo moedas de negócio para manter seus tráficos, moedas de grande reputação, que tinham curso nos países estrangeiros: os *rixdales** no Báltico, os escudos de leão no Levante, os ducados de prata nas Índias e na China. O papel de intermediários marítimos que os holandeses exerciam, a função de entreposto internacional de Amsterdã, também, supunham uma grande liberdade comercial. As Províncias Unidas eram contrárias às proibições, e contra os ingleses defenderam o princípio da liberdade dos mares. Em plena guerra, a Holanda manteve muitas vezes para seus súditos a liberdade de comerciar com os países inimigos. Durante a guerra da Independência, negociantes de Amsterdã não hesitam em fornecer aos espanhóis navios e munições. A prática é a mesma durante as guerras contra a França. Em 1674, as hostilidades não impedem a retomada do negócio franco-holandês sob bandeiras fictícias. Durante toda a guerra de Sucessão da Espanha, salvo de 1º de junho de 1703 a 1º de junho de 1704, a liberdade do tráfico permanece, e o mercado de Amsterdã, por intermédio de Samuel Bernard e de seus correspondentes, continua aberto às operações do Tesouro francês. Os banqueiros holandeses fornecem a crédito o soldo dos exércitos de Luís XIV! Estes mercadores, estes banqueiros, estes diretores da Companhia das Índias Orientais, freqüentemente se interessavam mais pelos tráficos internacionais, pelos trânsitos e pelas reexportações, do que pela produção nacional. Nos conflitos que os opuseram aos agricultores zelandeses e aos manufatureiros de Leyde ou Harlem, partidários de elevadas tarifas, venceram muitas vezes, porque por intermédio dos regentes das cidades dominavam a Holanda e influenciavam os Estados Gerais. Entretanto, não recusavam todos os meios e todos os princípios do mercantilismo. Às tarifas inglesas e francesas, a Holanda respondeu com proibições e direitos aduaneiros igualmente rigorosos. A produção não era livre, as manufaturas rurais se chocavam com a hostilidade das cidades, e as fabricações urbanas eram submetidas a regulamentos e controles. Todos os artesãos da tecelagem de Leyde estavam agrupados nos *neringen*. Cada *nering* correspondia a um tipo de tecido, mas era dirigido de fato pelos mercadores exportadores destes tecidos. Os capitalistas holandeses participavam também das empresas das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, companhias de privilégios e verdadeiras potências públicas. Para melhor controlar os mercados e efetuar sem muitos riscos suas especulações, realizavam continuamente açambarcamentos e monopólios. Este mercantilismo evoluído, moderado e incompleto se exprime na obra de Pierre de La Court, mercador de Leyde, *O Interesse da Holanda*. Neste livro excepcional, traduzido para o francês sob o título enganoso de *Mémoires de Jean de Witte*, já se descobrem certos temas da escola liberal. O autor defende a liberdade de fabricação e de comércio. Propõe uma tarifa aduaneira de inspiração mercantilista, mas cuja moderação deveria regular os interesses do negócio: "Poder-se-ia ainda taxar um pouco mais que as nossas, as mercadorias estrangeiras que se podem fa-

zer e ter no país... do mesmo modo quando estas mercadorias saem do país para serem conduzidas por nossos rios, mas não de maneira que elas possam ser levadas mais barato por uma outra rota... As manufaturas feitas no país não devem ser taxadas de modo nenhum, na saída, mas as estrangeiras, na entrada e na saída, tanto quanto puderem suportar, sem correr o risco de perder o comércio"[9]. Esta moderação das tarifas holandesas, que as fraudes sobre o trânsito permitiam muitas vezes evitar, tanto quanto os empréstimos e os investimentos no estrangeiro certamente prejudicaram, com o tempo, as manufaturas das Províncias Unidas, mas esta política se explica muito bem pela preponderância dos interesses comerciais e financeiros. Se as Províncias Unidas constituem, numa certa medida, uma exceção na Europa do século XVII, é também porque exercem aí, durante muito tempo, uma espécie de hegemonia marítima e comercial. Seu poderio financeiro, seu sistema de crédito e o débil interesse da prata, a competitividade de sua marinha lhes permitiam controlar muitos mercados, desafiar muitos concorrentes. O liberalismo é bastante conveniente às economias dominantes, e suas alegações em favor da liberdade das trocas e da liberdade dos mares não causam muita surpresa. A riqueza da República lhe dava força política e militar. O mercantilismo perdia pois, em parte, sua necessidade; não existia, além disso, um acordo natural entre as instituições republicanas burguesas e o regime liberal das trocas?

O caráter confederal das instituições centrais se acomodaria mal a um intervencionismo autoritário e burocrático. Os Estados Gerais, dominados em parte pelas burguesias urbanas e de negócio, limitados nos seus poderes pela autonomia das províncias, não estavam em condições de impor uma arbitragem em nome do interesse geral. Era uma situação sem perigo, enquanto durou a superioridade da marinha e do comércio holandeses, mas se tornava cada vez mais perigosa desde que a França e a Inglaterra constituíram uma marinha, colônias, ampliaram seus negócios estrangeiros sem sacrificar suas produções nacionais.

Toda a história da Europa nos séculos XVII e XVIII ilustra esta incapacidade de um Estado frágil,

dependente ou muito pequeno para conduzir uma política eficaz de intervenção e de desenvolvimento econômico. O império germânico permaneceu um conglomerado díspar de soberanias e de economias justapostas. Em 1685, um carregamento de madeira, conduzido pelo Elba, de Dresde a Hamburgo, pagava em taxas e peagens os nove décimos de seu valor de compra, enquanto que a duração da viagem é quadruplicada pelas formalidades aduaneiras. A criação, pelo imperador Leopoldo, de um Colégio ou Conselho do comércio e a concessão de diversos privilégios de manufaturas na Áustria, não tiveram grande significação e eficácia numa tal situação de fragmentação política.

O outro império cristão, o Império Espanhol, manifesta a mesma debilidade econômica. Face às empresas dos Estados nacionais, melhor unificados, os grandes impérios herdados da Idade Média ou da descoberta do século XVI resistem mal. Para a Espanha, a política mercantilista de auto-subsistência parece despida de significação. A Espanha, onde abundam os preconceitos aristocráticos, onde as profissões comerciais e manufatureiras gozam de uma consideração mesquinha, necessita de seus vizinhos para atender às necessidades de seu império. O regime oficial do exclusivo, o monopólio de Sevilha e Cádiz são examinados de mil maneiras; os tecidos, as telas da Inglaterra, da Holanda e da França, abarrotam os navios da "Carrera" das Índias. Reduzido aos extremos pelo mau estado de suas finanças, o governo não hesita em sobrecarregar de taxas o comércio interno, e onera pesadamente suas próprias exportações. Após a desgraça de Olivares, o poder real está muito fraco para responder às solicitações dos escritores que o convidam a imitar a França e a Inglaterra[10]. Cada uma das grandes negociações do século XVII é uma ocasião de novas capitulações econômicas para Madri diante de seus concorrentes da Europa do Norte e do Oeste. O tratado dos Pireneus concede ao comércio francês importantes vantagens na península, os tratados de Utrecht entregam parcialmente aos ingleses a exploração do império. Desgraça nestes tratados para as províncias periféricas ainda mais vivamente sacrificadas. Milão e Nápoles entram em decadência econômica. A fragmentação territorial vota à impotência os esforços

que os príncipes italianos e os vice-reis espanhóis tentam através do país, para proteger as manufaturas. As Itálias do segundo Renascimento, numa certa medida, anteciparam-se à obra colbertista, mas dentro de limites tão estreitos que o fracasso final era inevitável. Já no fim do século XVI, os preços de custo muito elevados e a golilha corporativista desqualificam a indústria italiana. A desordem fiscal e monetária que caracteriza a administração espanhola acaba por arruinar as manufaturas. A inflação, a má distribuição dos impostos desencorajam a empresa, e as taxas alfandegárias internas paralisam ao sul todo o comércio. Para lutar contra a alta dos preços, provocada pelas desvalorizações e cunhagens de moeda de cobre, o vice-rei de Nápoles proíbe as exportações; para esta região da Itália é realmente a hora do recolhimento e o começo da estagnação!

O exemplo belga é mais eloqüente ainda. Nos Países Baixos Meridionais, que permaneceram espanhóis, a tradição manufatureira era particularmente antiga e prestigiosa. Logo após a reconquista espanhola, e a despeito do fechamento de Escalda, estas províncias reconstituíram sua prosperidade material. Bruges, Gand, Antuérpia e Bruxelas, muitas vezes graças à solicitude de seus escabinos, dos arquiduques, e até mesmo dos governadores espanhóis, constituíram novas manufaturas, retomaram suas vendas no estrangeiro. Seus progressos se afirmaram até a metade do século. Mas, quando depois de 1650, a deflação dos preços, a crise européia, a rudeza da concorrência têxtil suscitaram, um pouco em toda parte e particularmente na França e na Inglaterra, medidas protecionistas, a economia da Flandres e do Brabante se viu ameaçada. As províncias belgas se voltaram para Madri, solicitaram o seu apoio e nada obtiveram. O governo espanhol estava muito debilitado, demasiado embaraçado nas intrigas diplomáticas para complicar ainda mais seus processos. De 1660 a 1711, as exportações de rendas dos Países Baixos destinadas às Ilhas Britânicas cessaram progressivamente, as de tela passaram de 30000 a 2000 peças, enquanto que, segundo a tarifa de 1680, os tecidos ingleses não deviam mais de 4 a 6% de seu valor, à sua entrada nos Países Baixos. De nada adiantaram

nem as advertências dos Estados da Flandres, nem os protestos dos mercadores; as províncias tomaram consciência de ter abandonado, com sua independência, uma parte de suas possibilidades econômicas. Por duas vezes, sob o governo de Maximiliano Emanuel da Baviera, em 1698, 1699, e depois sob a ocupação francesa, o país tentou salvaguardar suas possibilidades. O Conde de Bergeyck fez adotar novas tarifas, proibir mesmo em 1699 a importação dos tecidos estrangeiros. Os protestos ingleses e holandeses, os particularismos locais, os ciúmes entre brabantinos e flamengos, o egoísmo de Antuérpia o constrangeram a se demitir e fizeram abandonar todas as suas reformas. Em 1713 e 1714, os tratados de Utrecht e de Rastadt confiaram a Bélgica ao Imperador, não sem lhe haver interditado qualquer liberdade tarifária e, portanto, qualquer grande vocação comercial e manufatureira. No mundo difícil dos anos 1650-1750, enquanto a estagnação da demanda e dos preços exaspera a concorrência, a prosperidade das manufaturas supõe um rigoroso protecionismo aduaneiro, e portanto um poder político capaz de resistir às pressões dos diplomatas e dos mercadores estrangeiros.

VI. A atualidade do Mercantilismo para os Déspotas esclarecidos do Século XVIII.

Desta estreita ligação entre política e economia, a história do despotismo esclarecido nos fornece uma última ilustração. Quando, no século XVIII, os Estados socialmente atrasados em relação à Europa Norte-Ocidental tentaram preencher uma parte de seu *handicap,* todos foram buscar no mercantilismo suas receitas de poderio econômico. Em toda a parte, da Europa Mediterrânica à Europa Central e Oriental, de alguma maneira se vê renovar-se a empresa colbertista e se multiplicarem no mesmo ritmo as reformas administrativas e as iniciativas mercantilistas. Ao esforço empreendido para modernizar a administração, suprimir os particularismos, os costumes locais, corresponderam as empresas de

arroteamento, de colonização interna, de desenvolvimento manufatureiro e de unificação aduaneira.

A história da Rússia, de Pedro, o Grande, a Catarina II, ilustra muito bem, para além das diversidades geográficas e conjunturais, esta relação entre a política, a economia e a nação. Os primeiros teóricos mercantilistas russos aparecem na segunda metade do século XVII, quando se consolida a dinastia dos Romanoff e se delineiam suas ambições. O chanceler Ordin Natchokin propõe a criação de grandes companhias privilegiadas, para controlar o comércio internacional e as manufaturas. Para combater a empresa dos grandes negociantes estrangeiros, Krijanitch preconiza também a industrialização do país. O czar Aleixo tentou multiplicar as fábricas em seu domínio e em Moscou, mas é Pedro, o Grande, quem verdadeiramente tira a Rússia do seu torpor. Tinha à sua volta conselheiros e alguns homens de negócio imbuídos dos princípios mercantilistas, Saltykov, o Cavaleiro de Luberas, Possochkov e o próprio Menchikov; porém, muito mais que as concepções ideológicas, as circunstâncias exigiam esta política de desenvolvimento econômico[11]. A constituição de um exército poderoso, o equilíbrio da balança comercial pressupunham o nascimento de um setor comercial e manufatureiro moderno. Para suprir a falta de capitais e de quadros, o Estado teve de engajar técnicos estrangeiros, criar, ele próprio, usinas, subvencionar as manufaturas têxteis e as fundições de canhões, proteger esta produção pela tarifa aduaneira de 1724, abrir os canais que ligam o Volga e o Neva, o centro do Império e o Báltico. O mercantilismo russo surge como um elemento da formação de um Estado centralizado e unificado, uma etapa da história da economia nacional.

Pedro, o Grande, já é, à sua maneira bárbara, um déspota esclarecido; Frederico II é o modelo perfeito. De todos os soberanos da Europa Central e Oriental da segunda metade do século XVIII, é ele provavelmente aquele cuja administração econômica mais lembra o ministério de Colbert. Escreve no seu *Ensaio sobre as Formas de Governo* que, para prosperar, um país deve possuir, antes de tudo, uma balança comercial favorável, e acrescenta que é preciso utilizar suas próprias matérias-primas nas manufaturas nacionais, fundar outras

indústrias especializadas para trabalhar as matérias-primas no estrangeiro e produzir barato para controlar os mercados internacionais. Proíbe pois a exportação das lãs e a importação de objetos de luxo, favorece com subvenções e monopólios a instalação, nos seus Estados, de novas manufaturas de veludos, de porcelana, de tecidos, manda secar pântanos, abrir canais, e dirige a economia da Silésia conquistada: "seu novo Peru".

Assim, enquanto a França e a Inglaterra, em novas condições econômicas, começam a se interrogar sobre a oportunidade de prolongar ou de interromper as práticas mercantis, e consideram uma nova legislação do comércio e de novos métodos para estimular a produção e as trocas, a Europa ao sul das montanhas alpinas e a leste do Elba retoma por sua conta o mercantilismo. O despotismo esclarecido toma da Europa Ocidental as idéias e os métodos que haviam triunfado ali um século antes; esta inspiração antiga, este prolongamento absolutista ou mercantilista nos conselhos dos príncipes filósofos, contribuem para a ambigüidade de seus personagens e de sua obra[12].

Ao termo deste rápido sobrevôo da história econômica dos Estados europeus, é possível destacar certos caracteres comuns das políticas mercantilistas que evocamos? Retomando uma célebre formulação de E. F. Heckscher, constatamos primeiramente, no coração do sistema, uma vontade de unificação e de poderio: unificação territorial e administrativa que os soberanos dos séculos XVII e XVIII somente puderam esboçar, e que foi completada pela revolução burguesa e pelo liberalismo; mas também, empresa de poderio monárquico e conseqüentemente nacional. O mercantilismo é, antes de tudo, um serviço da política, uma administração do tesouro real, um instrumento de grandeza política e militar. O dirigismo econômico do Estado clássico corresponde a motivações financeiras, é um sistema de produção, de riqueza e não de distribuição. Inspiram-no preocupações profanas, uma filosofia laica do Estado. O maquiavelismo expulsou, em grande parte, todo escrúpulo paternalista, religioso ou moral, e a política social somente aparece, pelo menos no século XVII, sob a forma de uma política interna, de uma segurança contra a insurreição. A monarquia sela sua aliança tem-

porária e interessada com as classes possuidoras. Este serviço exclusivo e abstrato do Estado explica certas conseqüências internacionais do mercantilismo. Se ele é, na origem, muitas vezes resposta a um desafio do estrangeiro ou da conjuntura, contribui muito rapidamente para exasperar os conflitos políticos, suscita as guerras comerciais e coloniais, as anexações arbitrárias. Mas o desenrolar das rivalidades econômicas prova que, com sua independência política, as jovens nações jogam sua prosperidade material e seu futuro.

NOTAS

(*) MARSHALL, T. H. *Economic journal.* 1935; JUDGES, A. V. *Transations of the royal historical society.* 1939; e COLEMAN, D. C. *Scandinavian economic history Review.* 1957.

(1) PIRENNE, H. *Histoire économique de l'Occident médiéval.* Bruges, 1951, p. 356.

(2) LE BRANCHU, J. Y. *Écrits notables sur la monnaie,* Paris, 1934. t. II, p. 188.

(3) Já no início do século XVI, os Reis Católicos estabeleceram, entretanto, todo um sistema de proibições e de monopólios: interdição de exportar o ouro e a prata sob pena de morte, obrigação aos mercadores estrangeiros de fazer seus retornos em mercadorias espanholas, controle das importações de metais preciosos e direito de quinto para o rei, monopólio de pavilhão entre Sevilha e a América, etc.

(*) o *tonlieu* compreende toda espécie de taxas; é um imposto que reverte a favor do rei. O caráter do *tonlieu* é nitidamente fiscal, e não econômico. Cf. H. PIRENNE, *Maomé e Carlos Magno,* p. 91. (N. da T.)

(4) HAUSER, H. *La pensée et l'action économiques du Cardinal de Richelieu.* Paris, 1944.

(5) CLÉMENT, P. *Lettres et Mémoires de Colbert.* Paris, 1861-1862, t. VII, pp. 239 e ss.

(6) Mesma argumentação numa carta de 1669 (P. CLÉMENT, *Lettres, Introduction et Mémoires de Colbert,* VI, pp. 260 e ss.). 0 comércio mundial é assegurado por 20 000 barcos e este número não pode ser aumentado, porque a população em cada Estado permanece estável e o consumo também!

(7) O texto está em G. D. RAMSAY, *The wiltshire woollen industry,* Londres, 1964.

(8) ASHLEY, M. P. *Finances and commercial policy under the Protectorate.* Londres, 1934.

(9) *Mémoires de Jean de Witte,* Ratisbona, 1709, p. 58.

(10) Os mais lúcidos dentre eles medem os efeitos nefastos do monopólio de Sevilha e da importação desordenada dos tesouros americanos. A escola de Salamanca lhes ensinara, já no fim do século XVI, a teoria quantitativa da moeda e dos preços. M. GRICE HUTCHINSON. *The school of Salamanca,* Oxford, 1952.

(11) O artigo de H. CHAMBRE (Possochkov et le mercantilisme, Cahiers du monde russe et et soviétique, 1963) evoca a possível influência dos economistas poloneses do século XVI, N. Copérnico e Frycz-Modrzewsky e assinala a existência na Rússia de traduções de obras ocidentais. Mas insiste sobre a originalidade de Possochkov.

(12) Não mais na Rússia de Pedro, o Grande, do que na Prússia de Frederico II, é cômodo conciliar a existência da servidão nos campos e as necessidades da mão-de-obra das manufaturas.

Capítulo II

As teorias mercantilistas

Encontramos desde logo os problemas que evocamos na introdução. Nenhum ministro se proclamou mercantilista, mas nenhum economista tampouco teve o sentimento de pertencer a uma escola, de aderir a uma doutrina coerente, definida por mestres e codificada numa bíblia. O mercantilismo, enquanto sistema de pensamento e de intervenção, foi definido pelos liberais do fim do século XVIII, para designar e desqualificar aqueles cujos argumentos e práticas repudiavam. Esta particularidade cria uma certa confusão na polêmica e na historiografia. Tal autor antigo é classificado ora entre os mercantilistas, ora entre os isolados ou os precursores do liberalismo. Não existe acordo universal nem quanto à natureza da teoria, nem quanto às características do intervencionismo que ela justifica. Para uns, são mercantilistas os que identificam a riqueza nacional e o volume das espécies em circulação, para outros são mercantilistas os que proclamam a necessidade da auto-subsistência nacional e mantêm a xenofobia contra os mercadores e os produtos estrangeiros. Para outros ainda, sem dúvida os mais bem inspirados, a doutrina repousa sobre a idéia de que a intervenção do Estado

deve garantir o equilíbrio indispensável da balança comercial. Segundo as escolhas mais ou menos arbitrárias, segundo os critérios retidos, é claro que a importância histórica, a legitimidade científica do sistema variam. Para sair desta ambigüidade, vamos examinar, recusando toda classificação *a priori*, a evolução do pensamento econômico, das grandes descobertas à metade do século XVIII, e destacar, se houver, os elementos de unidade, os temas comuns. Somente então, estaremos em condições de responder à questão proposta. Poderemos dizer se a noção em si é útil e necessária na história do pensamento econômico, se os escritores e os peritos se inspiraram mais ou menos conscientemente nesta teoria, em parte alguma formulada como tal, mas presente em toda parte nos espíritos.

A Idade Média pouco escreveu sobre as questões de economia e de finanças. Sua contribuição parece reduzir-se a alguns comentários de teologia moral e a alguns escritos anônimos sobre as moedas. Os doutores da Igreja decerto comentaram abundantemente as passagens da *Suma Teológica,* onde Santo Tomás trata do roubo, da fraude comercial e do empréstimo a juros, mas sem nada acrescentar realmente. Os conselheiros dos príncipes discutiram moedas e mutações, mas sem nada explicar dos mecanismos dos câmbios e dos preços. Somente o livro de Nicolas Oresme, seu *Traité de la première invention des monnaies,* parece ter conservado uma vida póstuma, e inspirado alguns teóricos da época moderna. Somente com as transformações econômicas do século XVI é que nasce uma reflexão fecunda. Os fenômenos monetários e sociais, que então afetam a Europa, são tão espantosos que inquietam os contemporâneos, entretêm sua imaginação especulativa. E primeiramente o prodigioso alargamento dos limites do mundo habitado, depois a abertura destes novos mercados aos empreendimentos da economia européia, é o crescimento de novas metrópoles financeiras no velho continente, e cedo, para certas populações, uma modificação brutal de suas condições de vida. As novidades do século XVI ainda são estas monarquias poderosas, faustosas, mas sempre com pouco dinheiro, estes Estados e estes Impérios envolvidos nas guerras mais onerosas, estes príncipes solicitando os banqueiros. Como

não se interrogar sobre estes fabulosos carregamentos que se desembarcam em Sevilha, sobre a grandeza e a fragilidade do império de Felipe II, sobre os caminhos secretos tomados pelo ouro e pela prata que escapam à Espanha? Como não se preocupar em apaziguar a sede insaciável do Leviatã, e negligenciar os proveitos que o Tesouro real e o Erário poderiam tirar da prosperidade nacional.

A crise econômica, a baixa dos preços que atingem a Europa no curso do século XVII não interromperam este movimento intelectual, ao contrário. A exasperação das concorrências comerciais, a baixa de muitos lucros, a miséria, mantêm a inquietude, solicitam os conselheiros dos príncipes, justificam os memoriais dos mercadores, as queixas das companhias. Assim se constitui um imenso corpo de tratados e de reflexões, uma primeira biblioteca de Economia Política. Na política e na economia, a Europa começa a acreditar na eficácia do pensamento racional, começa mais ou menos conscientemente a professar que a riqueza é um valor supremo.

I. Publicistas, Teóricos, Administradores e Homens de Negócios

Na França, magistrados, oficiais das moedas e das finanças, homens políticos participaram em maior número que os negociantes e os manufatureiros deste primeiro esforço de reflexão teórica. Primeiramente, em 1566-1568, há a famosa polêmica a propósito da alta dos preços entre De Malestroit, conselheiro do rei, mestre ordinário de suas contas, e o grande Jean Bodin, depois os memoriais e os livros de Barthélemy de Laffemas, conselheiro de Henrique IV, e defensor infatigável das manufaturas do reino. Os escritos devidos à pena ou à inspiração de Richelieu, em parte, têm seu lugar nesta literatura pouco original e, freqüentemente, tão monótona quanto prolixa. Citemos ainda o *Traité des Monnaies* de Henri Poullain, surgido em 1621, o *Règlement général sur toutes sortes de manufactures qui sont utiles et nécessaires dans le royaume* do Marquês de

La Gomberdière, datado de 1634, e *Le Commerce honorable* de Jean Eon, religioso de Nantes, publicado nesta cidade em 1646. No meio desta galeria de servidores do Estado, Antoine de Montchrétien é exceção. Homem de espada e homem de letras, foi também manufatureiro e dirigiu fábricas de quinquilharias em Ousonne e Chatillon sur Lire. Seu *Traité de l'Économie Politique,* dedicado em 1615 a Luís XIII e a Maria de Médicis, já propõe um sistema coerente de intervenção econômica. Mas o escritor mercantilista mais prolixo, mais eloqüente, é certamente o próprio Colbert, cujos longos memoriais são verdadeiras obras de vulgarização, para servir seus colaboradores, intendentes e magistrados. Em função de sua administração e de seus escritos, é que se exprimem os economistas franceses até o fim do reinado de Luís XV. Tem seus adversários, mas também seus discípulos fiéis. Enquanto o Controlador-geral Orry (1730-1745) retoma a sua política, reforça a regulamentação industrial, dirige o progresso do comércio, numa conjuntura subitamente mais favorável, J. F. Mellon e Dutot repetem os argumentos da escola. Mais tarde ainda, no momento em que os grandes fisiocratas atraem a atenção do público, Véron de Forbonnais continua, em seus *Principes et Observations Économiques* (1767), a expor as regras essenciais do dirigismo econômico e da balança comercial.

Na Inglaterra, a abundante literatura econômica apresenta o mesmo aspecto, ao mesmo tempo prático e teórico, mas a participação dos homens de negócio nesta reflexão coletiva é mais freqüente e mais regular. Os grandes nomes da nascente economia política estão quase todos interessados nas atividades marítimas ou coloniais. É o caso de Thomas Mun, diretor da Companhia das Índias Orientais, e autor de um famoso *England's Treasure by foreign Trade,* de Josiah Child, diretor da mesma companhia, de Charles Davenant, de Dudley North, mercador na Turquia, depois prefeito de Londres, de William Petty, sábio, médico, mas também feliz especulador. Esta riqueza da literatura econômica na França e na Inglaterra não nos surpreende; são os dois países onde a política mercantilista se revestiu de maior coerência e continuidade.

A Suécia também possui, nos séculos XVII e XVIII, uma escola mercantilista. De Johan Classon Risingh, secretário do Kommerskollegium, criado em 1651, a Anders Berch, titular da primeira cadeira de economia na Universidade de Upsala, ela evolui do bulionismo mais elementar a formulações muito mais elaboradas da teoria da balança do comércio.

As idéias dos publicistas franceses, ingleses e suecos se difundiram em muitos outros países. Aqui, os príncipes solicitavam os conselheiros e os peritos, lá a indiferença ou a impotência dos governos excitavam a inspiração e a reflexão dos reformadores. Entre os mercantilistas espanhóis, cabe citar Luiz Ortiz, que predisse já em 1557 a decadência da Espanha e cujo *Memorial para que a moeda não saia do reino* convida todos os ociosos, fidalgos e letrados, a voltarem ao trabalho criador e à produção. Século e meio mais tarde, voltamos a encontrar na *Théorie et pratique du commerce et de la marine* de Geronimo de Uztariz a mesma análise da ruína nacional e as mesmas proposições. É o mesmo pungente interesse pela pátria, ou a mesma recusa da regressão econômica que inspira os primeiros mercantilistas italianos: Botero, autor de um célebre *Tratado de Razão do Estado,* e predecessor de Malthus no seu livro *Cause della grandezza e magnificenza della città,* Antônio Serra que publica em 1613 um *Breve tratato delle cause qui fan abondare i regni d'oro e d'argento,* depois, no século seguinte, o abade Ferdinando Galiani e Antonio Genovesi, tradutor de Thomas Mun e primeiro titular de uma cadeira de economia na Universidade de Nápoles. Um napolitano não seria indicado para ensinar esta ciência à Itália, capaz, segundo sua expressão, de devolver a uma nação diminuída, seu poderio, sua população e sua civilização?

Na Alemanha, os primeiros economistas se preocuparam, sobretudo, com a administração dos tesouros principescos e com a reconstrução do país, devastado pela Guerra dos Trinta Anos. Entre estes "cameralistas" contam-se, sobretudo, Johann Becher, infeliz empresário de manufaturas em Viena e Munique, e autor em 1668 de um *Discurso das Causas dos Progressos ou da Decadência dos Impérios, das Cidades e das Repúblicas.* Seu sucessor na direção da manufatura de Viena, Von

Schroeder e seu genro Von Horneck permaneceram fiéis a seus ensinamentos, e o segundo propôs ao Imperador um verdadeiro plano colbertista. Seu livro com o significativo título *A Áustria acima de tudo, contanto apenas que ela o queira,* popularizou seu projeto, conservando-lhe, até a época do governo reformador de José II, uma grande notoriedade.

II. Uma ânsia de poder, um serviço do Príncipe e do Estado

Do exame desta literatura cosmopolita se destaca um certo número de idéias comuns e permanentes, que vamos definir antes de estudar o desenvolvimento e os progressos da teoria econômica. O mercantilismo exprime, em todos os países, uma dupla vontade de poder, busca de grandeza e de riqueza. Na Europa moderna, não há mais lugar de honra para os Estados incapazes de mobilizar exércitos e frotas numerosos. Não há mais lugar para os príncipes sem vintém, e para os Estados ascéticos. É a prosperidade do reino que permite ao Erário alimentar o Teusouro real; é a prosperidade comercial que faz circular as espécies preciosas, medidas e condições de todo poder. O imposto é pago em moedas de ouro e de prata, porque assim são pagos os soldados, as munições, os espiões e os aliados. "É impossível fazer a guerra sem homens, manter homens sem soldo, fornecer-lhes o soldo sem tributos, arrecadar tributos sem comércio", escreveu Antoine de Montchrétien[1]. Esta solidariedade de fato faz que a monarquia se interesse mais do que no passado pelas empresas dos mercadores e dos manufatureiros. Sem romper as antigas solidariedades, o Estado admite e sanciona um novo equilíbrio dos grupos sociais. A política e a doutrina mercantilistas revelam ao mesmo tempo uma evolução das instituições administrativas, das vontades políticas e um progresso da sociedade. A comunidade de interesses entre o Estado e os principais agentes do desenvolvimento econômico constitui um poderoso fator de unificação nacional, dá à coisa pública, à razão

de Estado uma dimensão suplementar. Aqui, o pensamento de Montchrétien prolonga o de Jean Bodin. O liame entre os indivíduos não é mais unicamente de natureza política ou religiosa, mas também de natureza econômica, e esta busca de uma conciliação entre o interesse estatal e o dos súditos, ou pelo menos de uma parte deles, já revela uma certa laicização da vida pública. É o tema principal do diálogo, redigido em 1549 e publicado em Londres, em 1581, sob o título de *Compêndio ou Rápido Exame de Algumas Queixas Comuns a Diversos de nossos Compatriotas.* Do confronto das reivindicações contraditórias do doutor, do fidalgo, do fazendeiro, do mercador e do fabricante de malhas, tenta destacar o interesse coletivo, isto é, também o da rainha, pois que Sua Majestade "não pode carecer de dinheiro por tão longo tempo quanto seus súditos o possuem", mas seria impotente e desarmada "se eles não o tivessem tampouco, não poderiam tê-lo aliás, acrescenta o doutor, se não circulassem mais espécies no reino"[2].

Esta ânsia de poder e de unidade mantida pela doutrina mercantilista se exprime muitas vezes, com relação ao estrangeiro, de maneira agressiva; o mercantilismo utilizou e exasperou a xenofobia. Forneceu novas motivações às rivalidades internacionais. Às guerras religiosas, às guerras dinásticas se justapuseram e misturaram os conflitos nascidos das concorrências comerciais. Os bons autores jamais deixaram de denunciar as pilhagens, os lucros ilícitos dos estrangeiros e exaltam as vantagens naturais do país, que lhe permitem se abster de seus serviços onerosos. "Os mercadores estrangeiros são como bombas que sugam para fora do reino. . . a pura subsistência de vossos povos. . . são sanguessugas que se agarram a este grande corpo de França, absorvem o seu melhor sangue e dele se fartam"[3]. Os autores ingleses não são mais indulgentes que Antoine de Montchrétien, e já na metade do século XVI o *Compendious* denunciava "a contínua espoliação de nosso bem e de nosso dinheiro". Esta vontade de independência econômica dissimulava freqüentemente a ambição de dominar as potências estrangeiras. Estava ligada, no pensamento dos mercantilistas, à convicção da superioridade natural, e mesmo providencial de

seu país. Não acabaríamos nunca de repetir as citações a este respeito. Na França era uma banalidade da eloqüência política: Claude de Seyssel e o chanceler Duprat celebraram a fertilidade deste reino, abençoado por Deus, que pode se abster de todos os outros, mas do qual os outros não poderiam abster-se[4]. "Deus, disse La Gomberdière, verteu de tal maneira suas santas bênçãos sobre vosso reino, que parece tê-lo designado para ter autoridade e comando sobre todos os outros do Universo, tendo-o tão bem constituído e provido de tudo o que é útil e necessário para a vida e manutenção de vossos povos, e com tal abundância, que se pode verdadeiramente dizer que é a única monarquia capaz de se abster de todos os seus vizinhos"[5].

É a repetição, quase palavra por palavra, de idênticas passagens do *Traité de l'Économie Politique.* O patriotismo fanático dos ingleses não é menos ingênuo: "se nossas mercadorias lhes são necessárias. . . as suas nos são mais prazer do que necessidade", declara desdenhosamente o autor do *Compendious,* e Thomas Mun, mais lírico, acrescenta em 1622: "Se considerarmos a beleza, a fertilidade, o poderio marítimo e terrestre da Inglaterra. . . conviremos que este reino é capaz de ser senhor do Universo, pois qual outra nação é tão ricamente e naturalmente dotada de coisas necessárias à alimentação, à vestimenta, à paz e à guerra, não somente para sua suficiência mas para abastecer seus vizinhos e para daí tirar a cada ano abundância de espécies e completar sua felicidade"[6]. Reencontramos a mesma inspiração no *Livro sobre a Pobreza e a Riqueza,* onde Possochkov reclama a interdição das exportações de matérias-primas e da maior parte das compras no estrangeiro.

III. O programa aduaneiro e manufatureiro, a apologia do trabalho criador

Em tais condições, não realizar o programa comercial e manufatureiro do mercantilismo seria de uma passividade criminosa. Todos os autores recomendam a

mesma tática aduaneira, favorável às exportações de manufaturados e proibitiva para as importações concorrentes. Mas as taxas que atingem estes produtos representam apenas o aspecto negativo de uma política de criações e de sustentação, o manejo das tarifas constitui uma condição prévia para o desenvolvimento da economia. As companhias de navegação, as manufaturas, as novas colônias são armas utilizadas nesta "guerra de prata", e os manufatureiros, os mercadores, inspirados e sustentados pelo Estado, aparecem como agentes da prosperidade comum e do poder público. O mercantilismo resulta numa exaltação do espírito de empresa e do trabalho criador. Realiza assim, em relação aos ideais pregados pela cultura medieval, uma verdadeira subversão das hierarquias e dos valores. É levado a lutar contra os preconceitos nobiliários, a ociosidade, o gosto da função pública, mantido pela venalidade e hereditariedade dos ofícios.

A apologia do comércio e de seus benefícios constitui um tema banal da literatura econômica dos tempos modernos. Thomas Mun termina em 1622 seu *England's Treasure by foreign trade,* de maneira ditirâmbica: "o comércio exterior é a riqueza do soberano, a honra do reino, a nobre vocação dos mercadores, nossa subsistência e o emprego de nossos pobres, o melhoramento de nossas terras, a escola de nossos marinheiros, o nervo de nossa guerra, o terror de nossos inimigos"; de maneira humorística, um outro economista inglês conclui: "a atividade comercial tornou-se, com justiça, a dama mais cortejada, mais celebrada do que nunca por todos os príncipes e potentados do Universo"[7]. Voltamos a encontrar num estilo mais administrativo os mesmos elogios nos editos e regulamentos mercantilistas. O edito de 13 de agosto de 1669 exalta os méritos do comércio por mar: "Esta fonte fecunda que traz a abundância aos Estados e a difunde entre seus súditos, na proporção de sua indústria e de seu trabalho, não há meio para adquirir fortuna que seja mais inocente e mais legítimo". A intenção evidente é combater uma tradição de desconfiança e de repugnância com relação ao lucro e à atividade comercial, é um combate necessário para Colbert numa época de renascimento católico e num país, em parte, influenciado pela

intransigência dos jansenistas. Um outro edito de dezembro de 1701 renova os mesmos elogios: "O Estado tira vantagens da aplicação das de nossos súditos que se apegam com honra ao negócio. Temos olhado sempre o comércio por grosso como uma profissão honrada e que não obriga a nada que não possa razoavelmente compartilhar com a nobreza, o que nos tem levado muitas vezes a conceder cartas de enobrecimento em favor de alguns dos principais negociantes, para lhes testemunhar a estima em que temos aqueles que se distinguem nesta profissão". A monarquia francesa conserva alguma prudência porque era obrigada a tratar com ordens privilegiadas e sua nobreza em particular. Eleva o mercador, mas não tenta subverter a constituição social do reino. O próprio Colbert repudia sua hereditariedade lojista, exalta os méritos do comércio, mas desconfia do egoísmo dos mercadores e não quer desenvolver seus negócios senão depois de os ter submetido a regulamentos e a controles severos. Há entretanto, entre os teóricos mercantilistas, espíritos mais audaciosos, que exaltam o negociante como um tipo novo de homem: "Os mercadores são mais que úteis no Estado e sua ânsia de lucro que se exerce no trabalho e na indústria faz e causa uma boa parte do bem público. Por esta razão se lhes deve permitir o amor e a busca do lucro"[8]. Charles Davenant exagera mais que Montchrétien: para ele o mercador merece todas as honras "porque é o melhor e o mais útil dos membros da comunidade". Aqui não é mais questão apenas de sistema econômico, mas também de moral e de filosofia social. Encontramos nos escritos de Montchrétien um acento calvinista, presente mais nos de Olivier de Serres e de Laffemas. É mais ou menos convicção puritana que a atividade econômica do homem transforma o mundo conforme um desígnio de Deus. "O homem nasceu para viver em contínuo exercício e ocupação"[9]. Da exaltação do trabalho produtivo, passa-se assim, insensivelmente, à legitimação da ambição profana e do lucro; todos os mercantilistas não foram tão longe, mas estas afirmações revolucionárias se encontravam como virtualidades no coração de seu sistema.

IV. A abundância das espécies e a balança comercial

Feliz resultado do trabalho nacional, uma das conseqüências da atividade das manufaturas exportadoras e das companhias de comércio será a abundância das espécies. Tal é o objetivo atribuído à política mercantilista, pois que o ouro e a prata são a medida de toda a riqueza. Encontram-se, nos autores e mais ainda nos políticos, inúmeros testemunhos desta fascinação exercida pelos metais preciosos, e o poder imperial de Carlos V e Felipe II contribuiu para manter esta mitologia do ouro. "A abundância de ouro e de prata é a riqueza de um país"[10]; tais fórmulas retiveram a atenção dos historiadores e dos economistas, e serviram muitas vezes para justificar suas objeções. Desde Adam Smith, censurou-se amiúde ao mercantilismo, esta confusão entre a abundância de moeda e a riqueza propriamente dita. Mas esta acusação repousa geralmente sobre citações truncadas, tiradas arbitrariamente do seu contexto. Mesmo os teóricos espanhóis e italianos aos quais se atribuíam concepções primárias escapam a esta crítica[11]. Os economistas da Europa clássica não se enganaram tanto quanto se acreditou; o próprio Colbert, cujas fórmulas incisivas sobre a "abundância de prata" são citadas tantas vezes, autorizava as saídas de numerário com destino ao Levante e às Índias Orientais. Sabia com certeza que o verdadeiro meio de atrair e sobretudo de conservar as espécies era fazê-las circular, "dar meio aos homens de tirar lucro daí" e de fazê-lo pelo trabalho e empresa dos investimentos produtivos[12]. Os mercantilistas tinham sob os olhos o exemplo da Espanha, incapaz de reter a prata do Potosi, e a alta dos preços lhes havia ensinado, com os rudimentos da teoria quantitativista, os riscos dos entesouramentos estéreis. Muitos ensinavam que uma numerosa população industriosa, um solo fértil sob um clima favorável, manufaturas e uma marinha ativa eram as verdadeiras fontes da riqueza. "Não é a abundância de ouro e de prata, a quantidade de pérolas e de diamantes que faz os Estados ricos e opulentos, é a acomodação das coisas necessárias à vida é à vestimenta".[13] Oitenta anos mais

tarde, e após muitos outros, Vauban repete palavra por palavra as afirmações de Montchrétien: "não são os montes de ouro e de prata que fazem as riquezas, mas o bom emprego que deles se faz diariamente, a abundância dos gêneros sem o que nada se lucra".[14] Esta é também, na Inglaterra, a opinião de Thomas Mun, J. Child, W. Petty e D. Davenant. Se, entretanto, uns e outros atribuem muita importância às espécies preciosas, é porque elas são o recurso do Príncipe, o nervo da guerra, a base de um sistema de crédito ainda rudimentar, e o único meio de regulamentação do saldo internacional[15]. Para valorizar todas as coisas, para assegurar as trocas e movimentar a economia, um estoque fluido e abundante de espécies monetárias deve circular através do país. Os limites, as contradições da escola mercantilista são também os de sua época. Explicam a importância que os teóricos concedem à balança comercial. Esta noção permite reunir e conciliar a obsessão monetária e o voluntarismo do desenvolvimento, os cuidados do Príncipe e a ambição material dos súditos. Estamos então no cerne da doutrina mercantilista. Todas as considerações, todas as proposições que recordamos até aqui, solidariedade em torno do soberano, auto-subsistência da nação, xenofobia, criações manufatureiras e comerciais, bulionismo, adquirem maior ou menor importância segundo os autores. Na Inglaterra, insiste-se mais sobre os interesses mercantis; na França o serviço do Príncipe, a riqueza e a glória do Estado preponderam freqüentemente sobre outras preocupações. Mas o elemento comum, o elemento essencial é a teoria da balança comercial, ou mais exatamente a convicção de que uma ação harmonizada, dirigida pelo Estado deve permitir o equilíbrio positivo desta balança: fonte de prosperidade e de poder. Esta permanente preocupação com o equilíbrio das importações e das exportações faz a realidade e a unidade do pensamento mercantilista.

A própria noção é antiga; já no fim do século XIV um oficial da Moeda inglesa, R. Aylesbury, explicava que o excedente das exportações asseguraria a abundância das espécies. A idéia é inteiramente banal já na metade do século XVI, figura em bom lugar no *Compendious* (1549), cujo autor, como Jean Bodin em

La République, preconiza as medidas que constituem todo o arsenal da política mercantilista. Os progressos da contabilidade em partidas dobradas ajudaram certamente a melhor conceber este problema, mas foram as discussões que se desenvolveram na Inglaterra de 1620 a 1622, a propósito da crise dos câmbios, depois as que se prolongaram ao longo do século acerca do comércio oriental, que permitiram a certos autores, Thomas Mun em particular, formular esta noção com o máximo de clareza. A crise de 1620-1622 colocou sérios problemas ao governo inglês. Certos peritos, Malynes entre outros, atribuíam às especulações as variações dos câmbios e as saídas de prata. Propunham uma revalorização da moeda nacional, o restabelecimento de um controle e mesmo de um monopólio público: um cambista real seria encarregado de todo o negócio das letras de câmbio e dos metais preciosos. Denunciavam também as atividades da Companhia das Índias Orientais, que exportava espécies para manter seu negócio na Índia e importava produtos de luxo, muitas vezes concorrentes das manufaturas inglesas. A uns e outros, Th. Mun, J. Child e C. Davenant se opuseram com vigor. No seu *Discurso sobre o Comércio da Inglaterra com Destino às Índias Orientais,* publicado em 1621, Th. Mun mostra que este negócio é lucrativo, que permite importantes reexportações e que o essencial não é entesourar as espécies, mas fazê-las circular para estabelecer um saldo positivo das exportações. No seu outro livro escrito em 1650, mas editado em 1664, *England's treasure by foreign trade,* desenvolve ainda mais seu pensamento: as proibições e os controles policiais, destinados a evitar as saídas de ouro e de prata, lhe parecem inúteis, o objetivo de uma boa política é antes regular, orientar o comércio para equilibrar a balança, da qual dependem principalmente os movimentos da prata através das fronteiras. Explica ainda como se deve calcular esta balança: no ativo, para as mercadorias exportadas, acrescenta ao custo da produção o lucro do comerciante, o frete e o preço dos seguros, se as mercadorias são transportadas em navios ingleses; no passivo, toma por base o preço de venda na Inglaterra, deduzindo os direitos de alfândega e o frete se estas mercadorias são importadas por mercadores ingleses e em navios ingleses. Chama também a atenção

para a necessidade de levar em conta os invisíveis: importações invisíveis, somas gastas no estrangeiro pelos ingleses e seu governo, ganhos dos estrangeiros que traficam na Inglaterra, exportações invisíveis, ganhos dos nacionais nos países de fora, despesas dos visitantes, é realmente a balança das contas cuja teoria é assim esboçada. Como um simples mercador, o Estado Leviatã podia manter suas contas. Os economistas liberais ironizaram à vontade as ingenuidades da teoria mercantilista do comércio, sublinharam suas contradições, sua ignorância de certos mecanismos reguladores, acarretando todo excedente das exportações uma alta dos preços e um restabelecimento do equilíbrio. Na verdade, os economistas dos séculos XVI e XVII compreenderam perfeitamente que o comércio exterior era na época a principal fonte de enriquecimento e de acumulação capitalista. A dificuldade das comunicações, a inelasticidade da oferta e da demanda em muitos mercados internacionais, a freqüência desordenada das mutações monetárias, e os entraves de toda espécie, colocados em toda parte à circulação das espécies, tornavam aleatórios os automatismos que os liberais celebraram com muito otimismo. O mercantilismo que eles nos apresentaram como uma doutrina errônea e ingênua corresponde entretanto, exatamente às condições econômicas do tempo. Mas existe na história desta corrente de pensamento uma diversidade, e sobretudo um progresso que tentaremos agora explicar. Esta evolução, esta reflexão coletiva, constitui a embriologia da economia política, é um outro aspecto do movimento da ciência na Europa clássica.

V. A evolução das doutrinas econômicas. Oposição e Matizes

Na França, a obra e a personalidade de Colbert concentram por longo tempo, por tempo demais, a atenção. É para ou contra o colbertismo que se escreve ou argumenta. Os defensores de seu sistema, muitas vezes protegidos ou encorajados pela administração,

prolongam até a metade do século XVIII o ensinamento da Escola, mas adaptando-o às novas condições criadas pelas peripécias financeiras da Regência. A falência da experiência, dirigida por Law, mostrou ao mesmo tempo a força do crédito e os perigos do papel-moeda. O fetichismo do metal amarelo não tem mais o mesmo sentido, nem as mesmas justificações, mas o fracasso final do banqueiro escocês paralisa o desenvolvimento do pensamento econômico e retarda o nascimento de uma nova teoria do valor de troca. Não mais se acentuam as questões monetárias, mas somente o desenvolvimento da produção e do comércio. "A riqueza do Estado, escreve Véron de Forbonnais, é o maior grau de independência em que se encontra em relação aos outros Estados, para suas necessidades e pela maior quantidade de artigos supérfluos que ele tem a exportar". A moeda não é mais a única medida de toda riqueza, mas um simples acelerador econômico: o crescimento do numerário mantém a alta dos preços, estimuladora do trabalho, das trocas e dos lucros[16].

No campo oposto, as críticas em relação a Colbert se exprimiram desde o início de sua administração e praticamente não cessaram jamais. Mas permaneceram clandestinas por muito tempo, e foi preciso esperar o fim do reinado de Luís XIV, e a crise moral e política provocada pelos desastres militares, para que se exprimisse com coerência um conjunto de novas idéias. Motivos bem diversos inspiraram esta oposição. Muitos mercadores desconfiaram sempre das companhias com monopólios, dirigidas em Paris por alguns favoritos e conselheiros do ministro, queixam-se das represálias aduaneiras da Holanda e da Inglaterra, e, pouco a pouco, os mais lúcidos começam a reclamar uma moderação das tarifas e uma maior liberdade de empresa. "A liberdade é a alma do comércio, excita o gênio e a aplicação dos mercadores, e mantém a abundância". Os negociantes, Thomas Legendre de Rouen, Descazeaux de Nantes, Annison de Marseille, utilizam mais ou menos as mesmas fórmulas. Como eles, Pierre Daniel Huet, no *Trésor historique et politique du florissant commerce des Hollandais,* evoca o brilhante êxito dos livres mercadores de Amsterdã. Censura-se também à política aduaneira de Colbert o fato de ter comprometido e depois arruinado nossas exportações de cereais, de vinhos e de aguardente. Courtilz de Sandras, Vauban, Fénelon e Boisguilbert responsabilizam-na pela depressão dos rendimentos agrícolas tão sensível na França no último quartel do século XVII. Toda a oposição aristocrática retoma naturalmente esta crítica e tende a não ver no mercantilismo mais que a expressão econômica de um reinado de "cidade burguesa", que sacrifica os interesses agrários aos egoísmos dos mercadores. A estes motivos misturam-se outras considerações. Fénelon, Claude Fleury, Daniel Huet reprovam a xenofobia que mantêm as doutrinas mercantilistas e a guerra de prata. A colaboração pacífica entre os povos, a divisão internacional das produções e do trabalho lhes parecem conformes aos desígnios da Providência. Na cidade de Salente, cidade ideal que Telêmaco visita, a liberdade do comércio era total, mas o luxo era banido. Fénelon sonha com uma economia espartana com preponderância agrícola. Não lisonjeiam os manufatureiros a vaidade ostentatória do público, embora suscitando as rivalidades internacionais? As guerras de Luís XIV lhe parecem resultar em grande parte da política econômica de Colbert, sendo que a de 1672, segundo ele, causou todas as outras. Tudo isto ressalta sobretudo da polêmica, e não acrescenta grande coisa à teoria econômica. O grande Vauban limita-se a desejar que os direitos de entrada e de saída sejam reduzidos pelo Conselho de Comércio, para não paralisar as trocas com o estrangeiro; além disso, partilha as preocupações da maioria de seus contemporâneos pela balança do comércio e pela proteção da produção nacional. Mas estas críticas, estes projetos utópicos ou moderados testemunham um clima novo, preparam e favorecem o aparecimento de um pensamento verdadeiramente inovador.

Há, com efeito, muito mais audácia em Pierre Le Pesant de Boisguilbert que rejeita os modelos da época, e propõe uma interpretação original da vida econômica. A miséria camponesa e a baixa dos rendimentos agrícolas no fim do reinado de Luís XIV, tal é o mal de que Boisguilbert procura primeiramente as causas e os remédios. Foi o retrocesso do consumo que arruinou o reino, afirma no *Détail de la France* (1695), os impostos excessivos e mal distribuídos, as ajudas e as aduanas

internas diminuíram a demanda, fonte do desenvolvimento das riquezas. É preciso, para levar o consumo e a produção agrícola ao seu nível mais elevado, liberar os mercados, permitir a exportação dos cereais, e a prosperidade agrícola se estenderá naturalmente a toda a nação. Existe, afirma Boisguilbert, uma solidariedade fundamental entre todas as atividades econômicas e todas as profissões, os rendimentos obtidos num setor oferecem mercado aos produtos de um outro setor. Desenvolve esta idéia na sua *Dissertation sur la nature des richesses* e mostra que a circulação dos produtos e dos rendimentos é a principal condição da prosperidade. A própria noção de riqueza muda, assim, completamente de natureza, a ruptura com o mercantilismo é evidente. A moeda não é mais que um meio de circulação das rendas e das mercadorias. Poder-se-ia mesmo, "se os homens concordassem em dar uma folga ao ouro", utilizar somente papel-moeda. Boisguilbert não ignora os problemas de confiança e de segurança que suscita uma moeda não-metálica, mas constata também o uso crescente, no comércio interior e exterior, das letras de câmbio e dos bilhetes, aos quais a prática do endosso dá grande maleabilidade. Neste domínio, a audácia de seu pensamento reflete a evolução das realidades e das instituições. Mas o maior título de glória de Boisguilbert é ter proposto um primeiro modelo econômico global e um primeiro esquema do circuito monetário. Duas grandes categorias de rendimentos, rendas imobiliárias ou senhoriais, e rendas de indústria, circulam na sociedade e relacionam o que ele chama "o belo mundo" e os produtores: lavradores, mercadores e manufatureiros. A criação da riqueza repousa sobre o livre mecanismo dos preços; na troca, as duas partes lucram, e os fins egoístas dos indivíduos se harmonizam e concorrem ao interesse geral. É preciso, pois, deixar funcionar estas leis naturais. "A questão não é agir, mas é necessário parar de agir com a grande violência que se faz à natureza. . . em breve, esta mesma natureza libertada. . . restabelecerá o comércio e a proporção dos preços entre todos os gêneros"[17]. Aqui, Boisguilbert é realmente o precursor dos fisiocratas, de Adam Smith e de Jean-Baptiste Say. Opõe-se fortemente aos princípios do mercantilismo em matéria aduaneira, monetária e manufatureira. Ainda que propondo a manutenção dos direitos de importação, quer suprimir todas "as formalidades e dificuldades que entravam o comércio", quer também abolir todas as taxas de exportação e obter a livre saída das mercadorias. Não nega o papel benéfico das manufaturas, ao contrário dos fisiocratas, para quem só a agricultura é criadora de um produto líquido, mas pensa como eles que a liberdade do comércio interior e o progresso da agricultura são as chaves do desenvolvimento do reino e as condições prévias do crescimento das riquezas. Recusa o postulado dos mercantilistas que afirmam o papel essencial do comércio exterior e das exportações de manufaturados para atrair o ouro e a prata. Insurge-se também contra seu programa intervencionista, que engendra somente a miséria, pois que jamais se violam impunemente as leis da ordem econômica. O relativo fracasso de Colbert, as transformações da circulação monetária, as conseqüências desastrosas do sistema fiscal ajudaram-no a se emancipar dos sistemas e das obsessões do mercantilismo; sua inteligência lhe inspirou mesmo antecipações audaciosas. É seguramente um precursor dos fisiocratas, e mesmo numa certa medida, ultrapassa-os, anunciando as teorias contemporâneas do consumo e do pleno emprego.

É por vias paralelas que envereda na mesma época o pensamento econômico na Inglaterra. Mas as condições políticas e as instituições são muito diferentes. A Revolução deu um golpe mortal nas guildas, nas corporações de ofício, nos monopólios e numa grande parte da regulamentação das fabricações e do comércio interior. Estabeleceu, igualmente, uma relativa liberdade de edição. A indulgência das censuras, a debilidade das restrições intelectuais e policiais, o caráter público das discussões favorecem os progressos da ciência econômica, assim como os da ciência da Natureza e da filosofia. De livro em livro, vê-se por vezes evoluir o pensamento do mesmo autor, no qual podem misturar-se os princípios do mercantilismo e as antecipações liberais, e acontece não se saber muito bem se se deve exaltar a diversidade fecunda das doutrinas mercantilistas ou celebrar os precursores desconhecidos do *laissez-faire*. Não se trata, como na França, de uma literatura de oposição semiclandestina, e imediatamente pouco eficaz,

mas de polêmicas públicas, que opõem entre si homens de negócio, conselheiros da Coroa, peritos em problemas concretos de administração aduaneira e comercial. Entre estes problemas, o da balança comercial entre a França e a Inglaterra reteve particularmente a atenção. Após a Restauração, vários publicistas empreenderam uma campanha contra as importações de produtos franceses. Comunicaram-se ao Parlamento cifras destinadas a provar a amplitude do *deficit* deste negócio através da Mancha. As cifras eram duvidosas, mas justificaram as medidas protecionistas, adotadas em 1678, depois novamente em 1689 e 1705. A Inglaterra respondia assim, com muito vigor, às tarifas estabelecidas por Colbert e seus sucessores; entretanto, um grupo de economistas, entre os quais Child, Coke, North e Davenant, se levantaram contra esta política. Retomando certas formulações de Th. Mun, mostraram que uma balança particular ou bilateral não tem muita significação, que existe entre as diferentes correntes de tráfico uma solidariedade fundamental, que se podem estabelecer compensações triangulares ou mesmo multilaterais, e que convém não atribuir importância senão à balança geral. "Perdemos no comércio com a França, escreve Davenant, mas se não comerciarmos com a França, esta comprará menos à Espanha e à Itália, que, por sua vez, não mais nos oferecerão os mesmos mercados"[18]. O comércio do Báltico oferece outro exemplo destes mecanismos complexos do negócio internacional. Comércio deficitário sem dúvida alguma, pois é preciso regular-lhe o saldo em dinheiro sonante; entretanto, fornece à construção naval um grande número de materiais indispensáveis; sua seqüência condiciona o poderio da marinha britânica e a eficácia dos Atos de Navegação. Esta consciência da solidariedade de todos os mercados e de todos os tráficos justifica pouco a pouco a noção abstrata da liberdade comercial. O exemplo da Holanda fornece argumentos suplementares aos partidários do Free-Trade, e tanto Child como Davenant invocam com freqüência as descrições que W. Temple e Pierre de La Court pintaram da prosperidade e da política das Províncias Unidas. As necessidades da polêmica ainda inspiram outras reflexões; assim, celebram-se as vantagens da divisão internacional do trabalho, que estimula a invenção,

ou as vantagens do livre mercado que permite procurar as matérias-primas a melhor preço, propõe-se uma nova definição da troca, o comércio internacional não é mais extorsão ou pilhagem dissimulada, mas uma operação benéfica a ambas as partes. A concepção mercantilista de um volume limitado e estável do comércio internacional, repartido sem cessar pela rude rivalidade dos Estados, a própria noção da "guerra de prata" são recusadas. O desenvolvimento das trocas marítimas justifica estas novas análises e dissipa os temores inspirados pelos maus dias da conjuntura. "Do ponto de vista do comércio, o mundo inteiro não passa de uma única nação ou um único povo, no interior do qual as nações são como pessoas... nenhum povo jamais se tornou rico pelas intervenções do Estado, mas é a paz, a indústria, a liberdade e nada mais, que trazem o comércio e a riqueza"[19]. Dudley North anuncia nesta passagem o tratado que Hume consagrou, em 1758, ao absurdo de *O Ciúme Comercial*. De todas estas reflexões ainda esparsas, destaca-se pouco a pouco e empiricamente um novo modelo, o de uma economia onde reinam leis naturais que regulam os mecanismos dos preços e harmonizam os interesses particulares. Na Inglaterra, muito mais do que na França, os melhores espíritos estavam convencidos de que as leis civis deviam adaptar-se ou identificar-se a estas leis naturais. William Petty, pioneiro da estatística e da economia quantitativa, em sua *Aritmética Política*, John Locke em suas *Considerações sobre a baixa dos juros*, estão entre os primeiros a mostrar a impotência das leis civis, sustentam que existe em função da oferta e da demanda de capitais, uma "taxa natural" do juro do dinheiro, que não se poderia modificar com medidas legislativas. Num nível menor de abstração intelectual, D. North proclama "que não compete à lei fixar os preços no comércio, pois seu nível deve-se fixar e se fixa por si mesmo" e C. Davenant resume a nova teoria do comércio: "O negócio é, por sua natureza, transação livre, encontra seus caminhos e dirige melhor suas empresas; todas as leis que tentam limitá-lo, regulá-lo e orientá-lo podem ser úteis a interesses particulares, mas muito raramente são vantajosas para o público"[20]. Nos mercados em que se determinam os preços justos pelo jogo da oferta e da demanda, a liber-

dade deve remontar à produção. Na Inglaterra já era uma batalha meio ganha, mas J. Child insiste: as fabricações devem ser libertas de todos os controles, mesmo as qualidades inferiores devem ser autorizadas se correspondem às demandas da clientela. Reencontramos assim, sob sua pena, reflexões idênticas às de um precursor, o holandês Pierre de La Court, no seu livro de 1662: "É coisa lamentável limitar as manufaturas pelos mercados ou corpos de ofício... e ordenar de que maneira devem ser fabricadas as manufaturas que se vendem nos países estrangeiros... o comércio quer ser livre, cada mercador compra as coisas que acha melhor, e é natural que os operários façam suas obras da maneira que possam vender melhor"[21]. Assim, pouco a pouco refutam-se os argumentos do mercantilismo; arruínam-se seus princípios, mesmo que se permaneça apegado à teoria da balança geral do comércio. Como se conhecem as dificuldades de uma exata medida das importações e das exportações, propõem-se novos meios de apreciar o progresso da riqueza. O desenvolvimento do negócio internacional, a crescente atividade da marinha seriam sinais infalíveis de um saldo positivo J. Child, por seu lado, estima que os progressos da aplicação revelam seguramente do que um cálculo aduaneiro a boa saúde de uma economia. Pode assim conciliar as exigências mercantilistas e suas preocupações sociais. Para ele, os baixos salários não são mais necessários à prosperidade, pelo contrário, e o historiador inglês C. H. Wilson não teve dificuldade em mostrar sua influência na origem do movimento filantrópico inglês[22]. Mas na verdade North, Davenant, Petty e Child, seriam ainda mercantilistas? A despeito das afirmações de Brewster, que escreveu em 1702 um ensaio com o título conciliador: *O pleno emprego de toda a mão-de-obra nacional é o meio mais seguro de atrair as espécies para o reino,* muitos historiadores e economistas colocaram a questão. Enquanto Schumpter exalta Child como um precursor do *laissez-faire,* Letwin reduz a importância teórica da sua obra, e C. H. Wilson o considera ainda como um mercantilista esclarecido. Estas contradições não surpreendem, pois que jamais houve "escola mermantilista", constituída e consciente de si mesma. Esta questão de denominação e de classificação não é essen-

cial, o pensamento econômico inglês evolui de maneira contínua. A. Smith teve precursores longínquos, e muitas pesquisas parciais prepararam, ao longo de um século fecundo, a admirável síntese contida em *A Riqueza das Nações.* A maleabilidade, o liberalismo das instituições políticas inglesas facilitaram esta evolução progressiva. As circunstâncias econômicas contribuíram igualmente para isso. O desenvolvimento do crédito, o dos meios escriturais de pagamento, a livre circulação das notas do banco da Inglaterra, a retomada dos tráficos atlânticos, a parte conseguida pela Inglaterra, graças aos tratados de Methuen (1703) e de Utrecht (1713), nas trocas com as colônias ibéricas, tudo isto acalmou a ansiedade monetária, que há mais de um século se apoderara do país como do resto da Europa.

VI. Nas origens do Liberalismo Econômico

Na história do pensamento econômico inglês, existe entretanto um momento decisivo, o anúncio de uma ruptura, é o momento em que pela primeira vez a teoria da balança comercial foi denunciada como errônea e enganadora. Mesmo antes de A. Smith, Richard Cantillon e David Hume deram o golpe mortal no mercantilismo. Existia uma contradição no cerne da doutrina. A teoria quantitativa dos preços, nascida da experiência do século XVI, não se harmonizava com a concepção mercantilista das trocas internacionais. Se o saldo positivo das trocas permite atrair o ouro e a prata, como impedir a alta dos preços provocada por este afluxo de espécies, e como conservar aos produtos nacionais sua aptidão para a concorrência. Mesmo na ausência de movimentos efetivos das espécies, como evitar que as flutuações dos câmbios corrijam os desequilíbrios e diminuam rapidamente as exportações do país credor. Os mais lúcidos mercantilistas, Thomas Mun, por exemplo, sentiram o problema mas não conseguiram resolvê-lo e integrar num só sistema variáveis concomitantes: os movimentos monetários, os câmbios, os níveis dos preços, os saldos das balanças. O banqueiro inglês Richard

Cantillon, no seu *Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral,* publicado em 1755, é o primeiro a descrever de maneira ainda sumária estes mecanismos reguladores. Cantillon continua a pleitear uma política protecionista, desenvolve uma nova teoria do valor, mas sobretudo explica como a alta dos preços e os progressos do luxo que resultam da abundância das espécies devem desequilibrar a balança comercial, e como, depois de atingir o ponto mais alto de sua riqueza, um Estado está condenado a declinar. Cantillon não acredita na possibilidade de um crescimento contínuo do comércio e das manufaturas, é uma das razões pelas quais exalta a função econômica dos proprietários fundiários, e anuncia diretamente os ensinamentos de Quesnay. Há mais coerência em David Hume, que exerceu uma influência considerável sobre seu amigo A. Smith. Seus *Ensaios Econômicos* (1752) comportam ao mesmo tempo uma justificação histórica e uma refutação do mercantilismo. Mostram a importância do comércio exterior como estimulante da economia e fonte do progresso manufatureiro na Europa Ocidental. Mas expõe também com muita clareza sua concepção do equilíbrio automático das trocas. Utilizando a teoria quantitativa dos preços contra o mercantilismo, sustenta que a abundância de ouro e de prata é indiferente a um Estado, pois esta abundância provoca automaticamente uma alta dos preços, um progresso das importações e um recuo das saídas. Inversamente, uma nação que perde uma parte de seus metais preciosos vê baixar seus preços internos, e aumenta suas vendas no estrangeiro. Assim, restabelece-se o equilíbrio e estanca-se a hemorragia monetária. Hoje, esta análise muito abstrata não suscita mais a convicção dos economistas, mas desempenhou importante papel na evolução da ciência econômica. Após D. Hume, aparentemente não restam mais fundamentos às práticas do nacionalismo econômico. O caminho está livre para A. Smith, J.-B. Say e o otimismo das "harmonias econômicas".

A Inglaterra contribuíra de maneira decisiva para o nascimento desta nova ciência: a economia política. Possui neste domínio um avanço incontestável sobre a França, sua vizinha e rival comercial, onde os constrangimentos espirituais, a experiência frustrada de Law, o

peso dos interesses agrários e das seguranças imobiliárias retardaram o desenvolvimento do pensamento econômico. Enquanto apareciam os *Discursos* e os *Ensaios* de Hume, J. F. Melon e Véron de Forbonnais, na França, continuavam a professar um mercantilismo ortodoxo. e semi-autárquico. Incapazes de tirar todas as lições da obra de Boisguilbert, os fisiocratas faziam a apologia do capitalismo agrário e desenvolviam, à aurora da Revolução Industrial, uma teoria paradoxal do valor e da riqueza imobiliária.

NOTAS :

(1) *Traité de l'Économie politique*, ed. Funck-Bentano, 1889, p. 142.

(2) *Op. cit.*, edição Le Branchu, Paris, 1934, p. 65.

(3) MONTCHRÉTIEN, A. de. *Op. cit.*, p. 161.

(4) SEYSSEL, C. de. *La Grande Monarchie*. Ed. Poujol, 1961, pp. 161-163.

(5) LA GOMBERDIÈRE. *Op. cit.*, p. 109.

(6) Citado por C. H. WILSON na *Cambridge economic history of Europe* (t. V, p. 518). Os próprios espanhóis não são menos convencidos das possibilidades naturais de seu país: "A Espanha, diz um deles, nunca tem necessidade, nem em tempo de guerra, nem em tempo de paz, das mercadorias estrangeiras". Pellicer de Ossau, citado por E. SILBERNER, *La guerre dans la pensée économique du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris, 1939.

(7) Citado por E. F. HECKSCHER, *Mercantilism*, 1955, t. II, p. 281.

(8) MONTCHRÉTIEN. *Op. cit.*, pp. 137-138. A mesma opinião já se encontrava em *La monarchie aristo-démocratique* de TURQUET DE MAYERNE (R. MOUSNIER. *Revue historique*, janeiro-março, 1955).

(9) *Ibidem*, p. 21.

(10) BODIN, J. *La Réponse au paradoxe de Mr. de Malestroit*. Ed. Le Branchu, p. 117.

(11) VILAR, P. Les primitifs espagnols de la pensée économique. *Mélanges Bataillon*, pp. 261-284.

(12) "O belo metal era por si só marca de riqueza, seu brilho fugidio indicava claramente que era ao mesmo tempo presença oculta e visível assinatura de todas as riquezas do mundo!... costuma-se caracterizar o mercantilismo por um monetarismo absoluto, isto é, por uma confusão sistemática das riquezas e das espécies monetárias. De fato, não é uma identidade mais ou menos confusa que o mercantilismo instaura entre umas e outras, mas uma articulação refletida, que faz da moeda o instrumento de representação e de análise das riquezas." M. FOUCALT. *Les mots et choses*. Paris, 1966, p. 186.

(13) *Op. cit.*, p. 241.

(14) VAUBAN, *Oisivetés et Correspondance*. Ed. 1910, t. II, p. 89.

(15) "Tão logo os metais preciosos se tornam objetos de comércio, e equivalentes universais de todas as coisas, tornam-se também a medida do poderio respectivo das nações, donde o sistema mercantil." STEUART, citado por K. MARX, *Fondements de la critique de l'Économie politique*, 1967, t. I, p. 468.

(16) VERON DE FORBONNAIS, F. *Principes et observations économiques*. Ed. Guillaumin, t. IV, p. 226.

(17) *Dissertation sur la nature des richesses, de l'argent et des tributs*, ed. Daire, 1851, p. 403.

(18) DAVENANT, C. *Works*, ed. 1771, t. I, p. 338, citado por E. LIPSON, *Economic History of England*, t. III, p. 16.

(19) NORTH, D., ed. Mc. Culloch, citado por H. DENIS, *Histoire de la pensée économique*, 1967, p. 147.

(20) Citado por LIPSON, *op. cit.*, p. 19.

(21) *Op. cit.*, tradução francesa, Ratisbona, 1709, p. 53.

(22) WILSON, C. H. *The other face of mercantilism Tranactions of the royal historical society*, 1959.